



DESTAQUES DOS PROJETOS DE **PESQUISA APLICADA**

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

PRESIDENTE

Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES

Francisco Oswaldo Neves Dornelles (licenciado)
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (licenciado)
Sergio Franklin Quintella

DIRETORES

Celso Castro - Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC) e Escola de Relações Internacionais (FGV RI)
Cesar Leopoldo Camacho Manco - Escola de Matemática Aplicada (FGV EMAp)
Flavio Vasconcelos - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (FGV EBAPE) e Escola de Políticas Públicas e Governo (FGV EPPG)
Goret Pereira Paulo - Rede de Pesquisa e Conhecimento Aplicado
Luiz Artur Ledur Brito - Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP)
Luiz Guilherme Schymura - Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE)
Marieta de Moraes Ferreira - Editora FGV e Sistema de Bibliotecas
Oscar Vilhena Vieira - Escola de Direito de São Paulo (FGV DIREITO SP)
Rubens Mario Alberto Wachholz - Instituto de Desenvolvimento Educacional (FGV IDE)
Rubens Penha Cysne - Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE)
Sérgio Guerra - Escola de Direito do Rio de Janeiro (FGV DIREITO RIO)
Yoshiaki Nakano - Escola de Economia de São Paulo (FGV EESP)

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE

Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES

Francisco Oswaldo Neves Dornelles (licenciado)
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (licenciado)
Sergio Franklin Quintella

VOGAIS

Armando Klabin
Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque
Cristiano Buarque Franco Neto
Ernane Galvão
José Luiz Miranda
Lindolpho de Carvalho Dias
Marcílio Marques Moreira
Roberto Paulo Cezar de Andrade

SUPLENTE

Aldo Floris
Antonio Monteiro de Castro Filho
Ary Oswaldo Mattos Filho
Eduardo Baptista Vianna
Gilberto Duarte Prado
Jacob Palis Júnior
José Ermirio de Moraes Neto
Marcelo José Basílio de Souza Marinho
Maurício Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE

Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

VICE-PRESIDENTE

João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

VOGAIS

Alexandre Koch Torres de Assis
Antonio Alberto Gouvêa Vieira
Carlos Eduardo de Freitas (licenciado)
Cid Heraclito de Queiroz
Eduardo M. Krieger
Estado da Bahia
Estado do Rio de Janeiro

Estado do Rio Grande do Sul
José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A.)
Liel Miranda (Souza Cruz S/A)
Luiz Chôr
Luiz Ildefonso Simões Lopes
Marcelo Serfaty
Marcio João de Andrade Fortes
Miguel Pachá
Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos)
Pedro Henrique Mariani Bittencourt
Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo)
Willy Otto Jordan Neto

SUPLENTE

Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão
Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
General Joaquim Maia Brandão Júnior
José Carlos Schmidt Murta Ribeiro
Luiz Roberto Nascimento Silva
Manoel Fernando Thompson Motta Filho
Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A)
Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros)
Ricardo Gattass
Rui Barreto
Sergio Lins Andrade

COMISSÃO DE PESQUISA E INOVAÇÃO

MEMBROS

Antonio Carlos Pôrto Gonçalves
Edson Hirokazu Watanabe
Eduardo Massad
Lívio Amaral
Maria Tereza Sadek
Pedro Luiz Valls Pereira
Ricardo Simonsen
Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

COMITÊ DE CONFORMIDADE ÉTICA EM PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS (CEPH)

MEMBROS

André Portela Fernandes de Souza
Cesar Zucco Junior
Claudio José Struchiner
Dora Selma Fix Ventura
Eduardo Bittencourt Andrade
Eduardo Moacyr Krieger
Joisa Campanher Dutra
Jorge Manoel Teixeira Carneiro
Kaizô Iwakami Beltrão
Marcelo Sant'anna
Márcio Grijó Vilarouca
Osny da Silva Filho
Paula Wojcikiewicz Almeida
Vagner Laerte Ardeo

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - Brasil.
CEP: 22250-900
Tel.: (55 21) 3799-6149
(55 11) 3799-3292
E-mail: rpcap@fgv.br
www.fgv.br

APRESENTAÇÃO

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) é uma instituição de ensino e pesquisa, sem fins lucrativos e de direito privado, fundada em 1944 no Rio de Janeiro, Brasil. A FGV tem a missão de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país por meio de pesquisas inovadoras com elevado impacto social. Em 2018, a FGV foi considerada um dos seis mais importantes think tanks do mundo, o mais importante da América Central e do Sul, além de ocupar a 10ª posição na categoria de produção de pesquisa aplicada com impacto na implementação de políticas públicas e a 5ª posição a nível mundial na área de suporte a elaboração de políticas sociais.

Para alcançar a missão, a FGV participa de várias alianças internacionais. Nesse sentido, a FGV é membro da International Development and Public Policy Alliance (IDPPA), uma iniciativa global criada em 2012 com o objetivo de conectar pesquisadores no BRICS e outros países emergentes para colaborar nas áreas de ensino e de pesquisa e formulação de políticas públicas. Além de ser membro dessa aliança global, a FGV tem mais de 200 acordos para desenvolvimento de pesquisas e intercâmbio de estudantes por todo o mundo. Apenas em 2016, cerca de 10% dos alunos graduados da FGV participaram de programas de intercâmbio por meio dessas parcerias internacionais.

Em 2018, a diretora da Rede de Pesquisa, Goret Paulo, foi nomeada como *National Contact Point* (NCP) para o Brasil do Programa Horizon 2020 da Comissão Europeia nas áreas de “Inclusive, Innovative and Reflective Societies e Science with and for Society”.

Como instituição de ensino, a FGV oferece uma série de programas de graduação e pós-graduação nas áreas de administração pública e de negócios, economia, direito, ciências sociais e matemática aplicada. Em 2018, esses programas atenderam a 4.841 estudantes universitários, 1.879 estudantes de mestrado e 443 alunos de doutorado, originários de seis continentes. No período entre 2013 e 2016, os estudantes tiveram a oportunidade de assistir a aulas ministradas em um idioma estrangeiro em 302 disciplinas e 10 programas de graduação desenvolvidos em parceria da FGV com instituições estrangeiras. Esses estudantes também tiveram a chance de participar de pesquisas desenvolvidas em parcerias com instituições estrangeiras, o que resultou em 201 artigos publicados e outros textos acadêmicos.

Rede de Pesquisa				
Escolas e Centros de Pesquisa	Instituto Brasileiro de Economia – IBRE	Instituto de Desenvolvimento Educacional – IDE	FGV Projetos	Editora FGV
Escolas de Administração Pública e Administração de Empresas Escolas de Economia Escolas de Direito Escola de Ciências Sociais Escola de Matemática Aplicada Escola de Relações Internacionais Escola de Políticas Públicas e Governo	Índices e Indicadores Centro de Economia Aplicada	Educação Executiva	Consultoria	

As escolas e centros de pesquisa da FGV têm completa independência acadêmica e operacional. A cada ano, essas unidades, com seus 716 pesquisadores, são responsáveis por produzir centenas de artigos e outros textos acadêmicos que servem como base para discussões públicas entre pesquisadores e representantes dos setores público e privado. Como resultado da política da FGV de encorajar a disseminação do conhecimento gerado por suas atividades de pesquisa nos dois últimos anos, seus pesquisadores participaram de mais de 250 congressos, seminários e outros

eventos no exterior para apresentar artigos e pôsteres. No Brasil, nos últimos dois anos, a FGV patrocinou mais de 400 congressos, seminários e outros eventos, com forte participação de pesquisadores nacionais e estrangeiros.

Na área de administração, a FGV possui escola internacionalmente acreditada pela The Association of MBAs (AMBA), The Association to Advance Collegiate Schools of Business (AACSB), The European Foundation for Management Development (EFMD EQUIS) e International Commission on Accreditation of Public Administration Education and Training Programs (ICAPA). A escola também participa da Global Alliance in Management Education, da Global Network for Advanced Management (GNAM), do Council on Business and Society (COBS), da Global Public Policy Network (GPPN), da International Partnership of Business Schools (IPBS), da The Business Association of Latin American Studies (BALAS), da The Global Alliance in Management Education (CEMS), do Chartered Financial Analyst Institute (CFA Institute), do Consejo Latinoamericano de Escuelas de Administración (CLADEA), da Partnership in International Management (PIM), do Principles for Responsible Management Education (PRME) e da The Global Learning Network (SUMAQ).

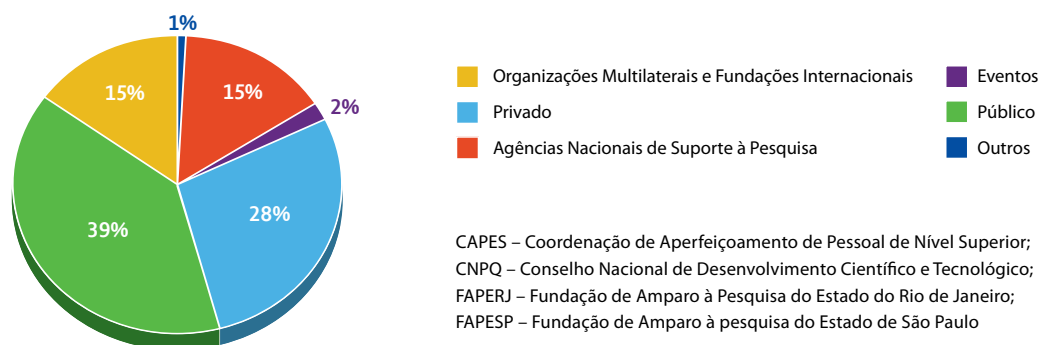
Na área de economia, desde 2010, sete vencedores do prêmio Nobel para economia participaram de seminários e oficinas patrocinados pela FGV. Adicionalmente, alunos das escolas de Economia da FGV têm sido escolhidos para cargos no governo brasileiro (Ministério da Economia Fazenda e Planejamento, presidência e diretorias do Banco Central) e em organizações multilaterais.

As escolas de direito da FGV integram a Law Schools Global League (LSGL), que tem o objetivo de mapear interesses em comum, facilitar a cooperação em métodos de pesquisa e ensino, desenvolver novos talentos na área acadêmica para o aumento da exposição internacional e a criar métodos de ensino e treinamento para suprir as demandas da globalização da profissão legal. No presente, a LSGL é formada pelas seguintes instituições: FGV Direito Rio e FGV Direito SP (Brasil), Tilburg University (Holanda), EBS Law School (Alemanha), Católica Global School of Law (Portugal), IE Law School (Espanha), McGill University (Canadá), Tsinghua University School of Law (China), National University of Singapore (Singapura), Northwestern University (Estados Unidos), Jindal Global Law School (Índia), IDC Radzyner (Israel), Moscow Higher School of Economics (Rússia), University of Cape Town (África do Sul), University of Pretoria (África do Sul), Facultad de Derecho Universidad de los Andes (Colômbia), King's College London (Inglaterra), Koç University (Turquia), Università di Torino (Itália), ITAM (México), Universidad de Palermo (Argentina) e China University of Political Science and Law (China). Vale mencionar que, pelo quarto ano consecutivo, um dos mestrados na área de Direito da FGV, foi considerado como um dos mais inovadores do mundo, segundo ranking do jornal Financial Times, divulgado em 2016.

Na área de matemática aplicada merece destaque a estruturação de um centro de pesquisas, em parceria com a New York University e USP São Carlos, em *data science*, com o principal objetivo de estruturar pesquisas que representem aplicações de técnicas de modelagem de informações em ciências sociais.

Os recursos recebidos de entidades nacionais e internacionais de apoio à pesquisa, de organizações privadas e do setor público podem ser considerados como um indicador do reconhecimento da aplicabilidade das pesquisas da FGV pelos vários setores da sociedade.

Produção de conhecimento: receita total de pesquisa por tipo de financiador 2018



Com o objetivo estratégico de incentivar o desenvolvimento de pesquisas com excelência e elevado grau de inovação, em 2016 a FGV criou a Rede de Pesquisa e Conhecimento Aplicado (Rede de Pesquisa) com os seguintes objetivos:

1. gerenciar a aplicação dos recursos do Fundo de Pesquisa Aplicada (FPA FGV) – fundo interno para apoiar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas;
2. mapear as oportunidades para financiamento externo de projetos de pesquisa da FGV;
3. aproximar as atividades de pesquisa dos setores público e privado;
4. contribuir para a disseminação do conhecimento produzido pelas escolas e centros de pesquisa da FGV;
5. conectar os pesquisadores e incentivar a formação de redes de pesquisa no Brasil e no exterior;
6. acompanhar a execução de projetos de pesquisa.

Além da Rede de Pesquisa, a estrutura de governança das atividades de pesquisa da FGV inclui o Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (CEPH) e a Comissão de Pesquisa e Inovação.

O Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da FGV, criado em 2016, é um dos primeiros comitês de ética do país com foco de atuação na área de ciências sociais. Com o objetivo de garantir o mais elevado padrão ético no desenvolvimento das pesquisas, esse comitê adota os mais rígidos padrões estabelecidos pela comunidade científica nacional e internacional. Dessa forma, a FGV está habilitada a atender as exigências das instituições nacionais e internacionais para publicação de artigos e desenvolvimento de projetos de pesquisa em parceria.

Criada em 2016 com o objetivo de analisar o rigor metodológico e o potencial de impacto dos projetos de pesquisa aplicada desenvolvidos pelas diferentes unidades da FGV, a Comissão de Pesquisa e Inovação tem atuado para aumentar a capacidade de produção de pesquisa da instituição.

Um componente essencial para o desenvolvimento e execução de projetos de pesquisa multidisciplinares com elevado impacto social é a existência de uma estrutura de incentivos com foco no desenvolvimento desse tipo de projeto. No caso da FGV, vale ressaltar a criação de um fundo interno para o financiamento de pesquisas selecionadas pela Comissão de Pesquisa e Inovação (FPA FGV).

O processo de seleção da comissão começa na metade de cada ano, com notificação para os pesquisadores da instituição, que recebem um convite para a apresentação de propostas de projetos de pesquisa. Nos últimos meses do ano, os projetos enviados são avaliados pela Comissão de Pesquisa, de acordo com os seguintes critérios:

1. clareza e objetividade da pergunta que o projeto pretende responder;
2. mérito científico e técnico do projeto, assim como o rigor metodológico;
3. inovação e originalidade do projeto;
4. capacidade de contribuição do projeto para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil;
5. impacto social estimado do estudo, ao contribuir para a formação de políticas públicas, desenvolvimento de novos modelos de gestão de negócios ou criação de novos métodos aplicados;
6. natureza interdisciplinar da equipe;
7. apoio institucional de entidades e empresas dos setores público e privado para o desenvolvimento do projeto, seja provendo acesso a bases de dados, participação de funcionários ou declaração de interesse em utilizar os resultados da pesquisa, entre outros;
8. participação de jovens pesquisadores dos programas da FGV e de outras instituições de pesquisa.

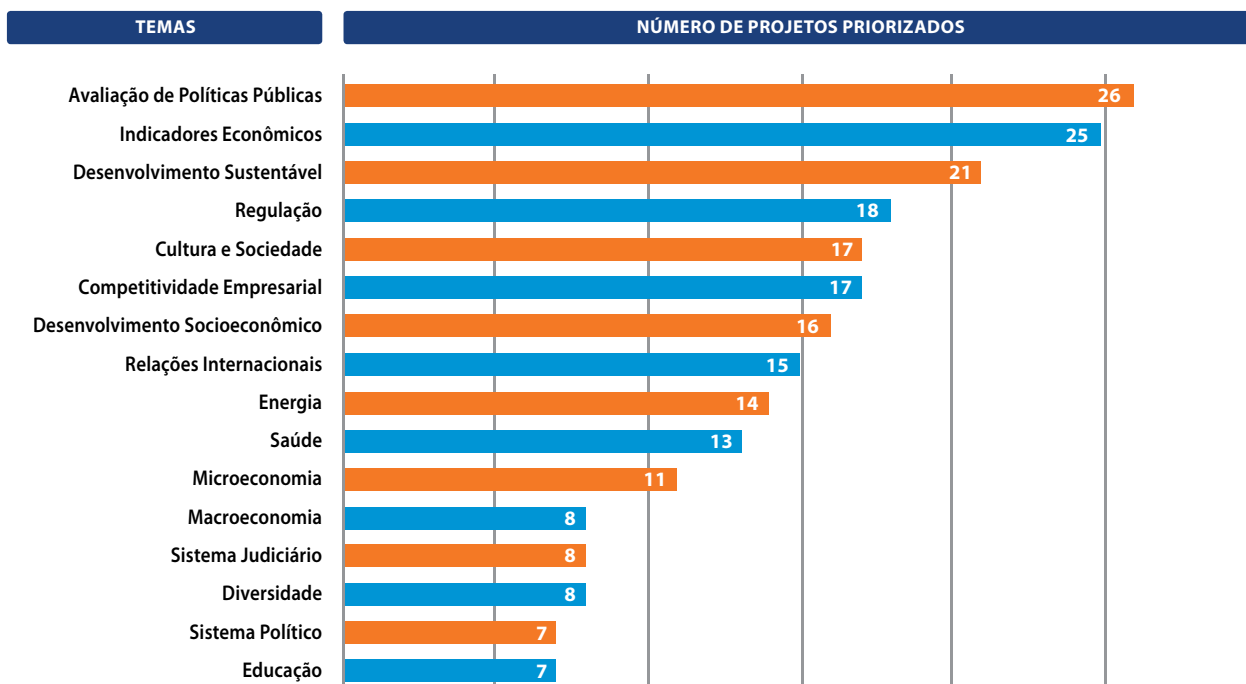
Desde 2014, o Fundo de Pesquisa Aplicada da FGV (FPA FGV) financiou mais de 210 projetos de pesquisas aplicadas selecionadas pela Comissão de Pesquisa e Inovação. A tabela abaixo identifica o número de projetos apresentados e selecionados a cada ano.

Ciclo do FPA	Número de projetos apresentados	Número de projetos financiados
2014	67	47
2015	97	40
2016	115	52
2017	121	49
2018	65	31
TOTAL	465	219

Entre os resultados positivos do investimento em projetos de pesquisa aplicada, destacam-se:

- desenvolvimento de novos **temas de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil e de outros países** que participam das pesquisas;

Destaques de Pesquisa Aplicada (2014 a 2018)



- **desenvolvimento de 26 projetos interdisciplinares** onde a equipe do projeto é formada por pesquisadores da FGV e de outras instituições de pesquisa no Brasil e no exterior. Dentre estes projetos são destaque:
 1. Projeto *Waterproofing Data: Engaging Stakeholders in Sustainable Flood Risk Governance for Urban Resilience* – Belmont Forum.
 2. Projeto *Understanding Innovative Initiatives for Governing Food, Water and Energy Nexus (FWEN) in Cities* – Belmont Forum.
 3. *Fair Tax Project* – Horizon 2020.
 4. Sustentabilidade Econômica das Organizações da Sociedade Civil – Europe Aid.
 5. Projeto Big Data para o Desenvolvimento Urbano Sustentável – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Cidades Parceiras: São Paulo, Montevideo, Xalapa, Miraflores e Quito.
 6. Projeto de Avaliação e Mensuração do Impacto Socioeconômico do Rompimento da Barragem de Fundão (Mariana) – Ministério Público, SAMARCO.
 7. Projeto *Territorial Governance Plan and Governance Mechanism along the BR-329 corridor in Amazonas State and National Policy Framework for Amazon-wide replication* – Gordon and Betty Moore Foundation.
- envolvimento de **164 pesquisadores-líderes da FGV na coordenação** dos projetos de pesquisa financiados;
- estímulo para a criação de **redes de pesquisa entre pesquisadores** do Brasil e de outros países, exposição dos pesquisadores à circulação de novas ideias e produção de conhecimento, criando assim um cenário favorável para a produção de pesquisas inovadoras;
- número de oportunidades ampliado para o **treinamento e aprimoramento de jovens pesquisadores** dos programas da FGV e de outras instituições de pesquisa brasileiras ou estrangeiras;
- aumento do grau de excelência dos projetos de pesquisa aplicada por meio da **participação, na equipe, de pesquisadores de diversas universidades brasileiras e estrangeiras**;
- **aumento da produção científica** dos pesquisadores.

As iniciativas da Rede de Pesquisa e Conhecimento Aplicado também levaram a FGV a tornar-se a única instituição brasileira de pesquisa com um acordo de cooperação assinado com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)¹. Em 2018, a FGV foi uma das instituições de pesquisa e ensino brasileiras contempladas para participar do CAPES-PrInt, o programa de internacionalização da CAPES² através de um projeto que conta com a colaboração de sete de suas Escolas. A FGV também está desenvolvendo atividades de pesquisa para a realização de Diagnóstico, Avaliação dos Impactos e Valoração dos danos Socioeconômicos de um dos maiores desastres de barragens de mineração do mundo – Barragem de Fundão, no município de Mariana (MG). No âmbito internacional, a FGV e a Fiocruz³ são parceiros na iniciativa Institutional Links do Newton Fund e do British Council.

Para conhecer os projetos de pesquisa aplicada, acesse www.fgv.br/bibliotecadigital/rededepesquisa.

Rede de Pesquisa e Conhecimento Aplicado

1. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) é uma instituição pública de fomento à pesquisa acadêmica cuja missão é fomentar a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico no estado de São Paulo. <http://www.fapesp.br>

2. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma agência governamental federal brasileira vinculada ao Ministério da Educação (MEC) responsável pela expansão e consolidação dos cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados brasileiros. <http://capes.gov.br>

3. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma fundação vinculada ao Ministério da Saúde considerada a mais relevante instituição de ciência e tecnologia na área da saúde na América Latina. Suas ações são guiadas pelos propósitos de promover saúde e desenvolvimento social, bem como gerar e disseminar conhecimento científico e tecnológico, sendo um agente da cidadania. <http://portal.fiocruz.br>

ADMINISTRAÇÃO

- 24** Os efeitos da casa própria: uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida no Rio de Janeiro
- 30** Agenda regulatória na prática: as políticas adotadas por agências reguladoras brasileiras nos últimos vinte anos
- 40** Resultados do Programa Mais Médicos (PMM) nos indicadores municipais da saúde
- 52** Fragmentação sem clivagens? Ideologia, preferências e polarização política no Brasil

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 49** Políticas públicas de habitação social: uma avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida

DIREITO

- 10** Criptografia e direito: uma perspectiva comparada
- 36** Homicídios e maioria penal: uma abordagem com densidade descontínua

ECONOMIA

- 14** Dinâmica demográfica e gastos públicos no Brasil
- 18** Efeitos de longo prazo da reforma da Previdência no Brasil
- 21** Respostas dos jovens a transferências de renda: evidências do Programa Bolsa Família sobre educação, emprego e autossuficiência econômica
- 33** Consequências econômicas do atraso educacional no Brasil do século XX

- 43** Macroeconomia em momentos de quase dominância fiscal: modelo e simulações

- 46** A importância da aprendizagem na nova economia de partilha

MATEMÁTICA APLICADA E CIÊNCIAS SOCIAIS

- 27** Repositório em 3D – Obras de arte nos espaços públicos do Rio de Janeiro: um olhar para o modernismo



Criptografia e direito: uma perspectiva comparada

Autoria: Alexandre Pacheco da Silva (alexandre.silva@fgv.br)

Pesquisadores: Carlos Augusto Liguori Filho, Guilherme Kenzo dos Santos, João Pedro Favoretto Salvador e Tatiane Guimarães

Organização: Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP)

Apoio: Facebook



A utilização de técnicas de criptografia de dados e de transmissão de informações para fins privados – comunicação online e armazenamento de dados – tem criado controvérsias no âmbito de pedidos de obtenção de dados por autoridades no contexto de investigações criminais. Isso tem ensejado em vários países debates e respostas legislativas para a regulação jurídica da criptografia com diferentes abordagens, em alguns casos impondo restrições à sua utilização, em outros facilitando o acesso de autoridades de investigação criminal.

OBJETIVO

- Mapear o debate internacional sobre regulação da criptografia, com especial enfoque em identificar as diferentes respostas dos países para solicitações de acesso de autoridades governamentais a dados e comunicações objeto de criptografia, buscando identificar tendências e modelos regulatórios para a criptografia ao redor do mundo.
- Compreender como a criptografia é abordada por diferentes sistemas jurídicos pode nos auxiliar a qualificar o debate jurídico brasileiro sobre quais são as vantagens e desvantagens de cada um dos modelos regulatórios e quais seriam os possíveis impactos de uma eventual regulação brasileira para a criptografia – estimulando-a ou restringindo-a –, a fim de situar o Brasil no debate internacional.

METODOLOGIA DA PESQUISA

- A pesquisa foi estruturada em quatro fases:
 - (i) Definição da amostra de pesquisa, com estabelecimento do recorte temporal e seleção de países para análise;
 - (ii) Levantamento de fontes, por meio da busca de materiais bibliográficos de diversos gêneros (normas, artigos científicos, relatórios, pronunciamentos oficiais, decisões judiciais etc.) e organização do material encontrado;
 - (iii) Elaboração de breves textos descritivos – chamados de “pílulas descritivas” – para mapear o debate internacional sobre o tema;
 - (iv) Categorização dos modelos regulatórios relacionados de países que já possuem normas jurídicas relacionadas a criptografia e acesso a dados.

- Para o recorte do debate recente sobre regulação da criptografia, foram identificados dois marcos temporais: o ano de 2013, após as revelações do escândalo Snowden, e o ano de 2015, após o atentado em San Bernardino (EUA) que ensejou o caso *Apple v. FBI*. Essa extensão foi posteriormente ampliada para o período 2010-2017, de modo a abranger momentos anteriores aos casos com relativa folga.
- Considerando o prazo de duração da pesquisa (12 meses), optou-se por limitar a amostra final ao número máximo de 40 países, deixando de analisar aqueles que eventualmente se manifestaram sobre a regulação da criptografia a partir de 2018.
- Quanto ao debate no Brasil – motivado pelos sucessivos bloqueios do aplicativo WhatsApp entre 2015 e 2016 –, foi identificado e analisado o arcabouço normativo/regulatório das tecnologias de criptografia e segurança da informação no país, comparando-o, particularmente, com o debate ocorrido nos Estados Unidos.

RESULTADOS

- Para tornar acessíveis os resultados de pesquisa, foi desenvolvida uma *wiki* – Cryptopédia (<http://www.fgv.br/direitosp/cryptomap/cryptopedia.html>) – dedicada exclusivamente à publicação de “pílulas descritivas” (documentos curtos e repletos de referências que descrevem a regulação já existente nos países e movimentações recente sobre o tema).
- Também foi desenvolvido um mapa interativo, o CryptoMap (<http://www.fgv.br/direitosp/cryptomap/>), no qual, de forma intuitiva, usuários podem visualizar os países estudados, de acordo com o modelo regulatório por eles adotado. Clicando-se em um país, é possível acessar a respectiva página da CryptoPedia.
- Dos 40 ordenamentos jurídicos nacionais estudados na pesquisa, 31 possuíam, no período entre 2010 e 2018, normas que, de alguma maneira, afetam o desenvolvimento, a implementação ou a utilização de mecanismos criptográficos para comunicação ou armazenamento de informações. Dezoito destes debateram ou sancionaram projetos de lei com essa finalidade após 2010, o que revela que a discussão sobre o assunto é relativamente recente e bastante atual.
- Entre as legislações existentes, foram categorizados padrões ou modelos de regulação em sete categorias (cada país pode adotar um ou mais modelos de forma concomitante):
 - (a) 4 países proíbem ou criminalizam o uso de tecnologias criptográficas.
 - (b) 1 país limita o tamanho máximo de chaves criptográficas.
 - (c) 17 países estabelecem obrigações de assistência genéricas (que, embora não tratem especificamente de criptografia, podem ser invocadas para solicitar o fornecimento de informações criptografadas em forma legível ou o auxílio no processo de descriptação no contexto de investigações criminais).
 - (d) 13 países estabelecem obrigações de assistência específicas (que tratam especificamente de criptografia).
 - (e) 11 países exigem autorização ou licença governamental para o uso de criptografia.
 - (f) 5 países estimulam o uso de ferramentas criptográficas.
 - (g) 6 países regulam mecanismos alternativos de investigação/exploração de vulnerabilidades dos sistemas criptográficos pelo governo.

O QUE HÁ DE NOVO

- Entre países que trataram de mecanismos alternativos de investigação, identificou-se uma tendência ao chamado *hacking governamental* (*government hacking* ou *lawful hacking*), isto é, a exploração de vulnerabilidades de sistemas criptográficos realizada ou autorizada por governos no contexto de investigações criminais.
- O que essa tendência revela é que o debate sobre o acesso governamental a dados criptografados, que nos últimos

anos teve como foco a regulação das tecnologias de criptografia em si, pode migrar para o estudo de mecanismos alternativos de investigação, que, assim como outras abordagens, oferecem riscos para o exercício de direitos fundamentais ainda não mapeados em profundidade.

- No ordenamento jurídico brasileiro, não há dispositivo normativo que trate diretamente de acesso a dados criptografados por autoridades de investigação. Curiosamente, o decreto regulamentador do Marco Civil da Internet, de 2016, sugere técnicas de encriptação como medida de proteção a ser adotada por provedores na guarda, armazenamento e tratamento de dados pessoais e comunicações privadas. Não se trata especificamente de uma norma que promove o desenvolvimento ou implementação da criptografia, mas o próprio texto da lei ressalta a sua importância na segurança e privacidade dos usuários.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

- É necessário que legisladores e demais operadores do direito adotem uma abordagem interdisciplinar para condução das discussões sobre a regulação da criptografia, seja para compreender os impactos de uma eventual regulação em outros direitos viabilizados pela criptografia, como privacidade e proteção de dados, seja para compreender os limites da eficácia de determinadas imposições.
- O descompasso constatado no debate sobre regulação da criptografia nos Estados Unidos e no Brasil – aqui o foco é a interceptação em tempo real de trocas de mensagens, enquanto nos EUA se discute hoje se as empresas devem ou não enfraquecer sua criptografia para satisfazer as necessidades de investigação das autoridades – não só afeta o Judiciário brasileiro, como também tem reflexos na produção legislativa brasileira sobre o tema: por exemplo, um projeto de lei em tramitação no Congresso (PL 9.808/18) não apresenta nenhuma solução para o problema de incapacidade técnica de fornecimento de dados pelos provedores. Deve-se priorizar a superação desse descompasso o quanto antes, permitindo que o debate brasileiro prossiga de forma qualificada e atualizada.



Dinâmica demográfica e gastos públicos no Brasil

Autoria: Afonso Arinos de Mello Franco Neto (afonso.arinos.neto@fgv.br) e Fernando de Holanda Barbosa Filho (fernando.filho@fgv.br)

Pesquisador: Cássio Maldonado Turra

Organização: EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE) e Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE), ambos da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Apoio: Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FPA FGV)



As mudanças demográficas em curso no Brasil contribuirão para um aumento da participação relativa da população idosa (pessoas com mais de 65 anos de idade) e uma redução da fração de jovens (com idade entre 0 e 17 anos). A redução da fração da população em idade contributiva deverá gerar problemas sérios para o financiamento das despesas com saúde e previdência, diretamente também relacionadas com o crescimento da população idosa. Por outro lado, a evolução demográfica poderá reduzir a demanda com gastos com educação ao longo do tempo.

OBJETIVO

- Avaliar o impacto das mudanças demográficas que o Brasil vai sofrer ao longo dos próximos anos sobre os principais componentes do orçamento público.
- Desenvolver projeções de longo prazo para as demandas por despesas com previdência, saúde e educação com base na evolução demográfica.

METODOLOGIA DA PESQUISA

- São estimadas as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) sob a hipótese de que prevalecerá, no longo prazo, a taxa de desemprego natural. Apresentam-se duas estimativas, realizadas a partir de métodos distintos. A primeira baseia-se em uma função de produção agregada da economia com fatores capital e trabalho; a segunda assume que a produtividade do trabalho é fixa.
- A projeção dos gastos públicos com saúde combina os perfis por idade desses gastos com mudanças na estrutura etária populacional.
- A projeção dos gastos com educação se baseia no comportamento de três componentes: despesas públicas por aluno e nível de ensino segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); projeções demográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a população em idade escolar; taxas de matrícula (líquida e bruta) e proporção de pessoas atendidas pelo sistema público por idade segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). São adotadas as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para a previsão da evolução da demanda de matrículas futuras.
- A projeção dos gastos da Previdência privilegia os fatores demográficos, determinantes para a evolução da aposentadoria por idade, mas ignora aspectos relacionados à dinâmica própria da aposentadoria por tempo de contribuição ou aos critérios de elegibilidade dos sistemas existentes no país. São feitas projeções separadas para o

Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A metodologia adotada, similar para os dois sistemas, se baseia exclusivamente nas projeções demográficas e nos perfis de aposentadorias e pensões por idade.

- As projeções para os gastos com o pagamento do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-LOAS) e os gastos com o programa Bolsa Família (BF) são feitas com base em regras atuais, levando em conta apenas as mudanças demográficas, especificamente a evolução do tamanho do grupo com idade entre 0 e 17 anos, que determina a despesa com o BF, e o tamanho da população com mais de 65 anos, beneficiária do BPC-LOAS.
- São estimados os gastos necessários para a implantação de um eventual serviço público de cuidados de longa duração para os idosos. Na ausência de uma experiência sistemática desse tipo de política no país, optou-se pela utilização dos dados relativos aos custos de provimento desses serviços nos países membros da União Europeia como *proxy* para a experiência brasileira.

RESULTADOS

- A transição demográfica reduzirá de forma substancial a oferta de trabalho e essa limitação terá impacto importante sobre o crescimento do PIB, tanto se calculada com base na função de produção como na estimativa do crescimento da produtividade do trabalho. Nas duas projeções, a taxa de crescimento anual de longo prazo é decrescente até a década de 2050.
- Os efeitos da transição demográfica no Brasil sobre os gastos públicos serão substantivos, indicando uma elevação das despesas, a partir de 2014, da ordem de 6,7 pontos percentuais do PIB, podendo chegar a 7,2 pontos com a criação de um sistema público de cuidados de longa duração. Todos os recursos adicionais serão destinados ao pagamento de benefícios previdenciários ou transferência de renda aos idosos.
- A mudança demográfica acarretará uma forte elevação dos gastos públicos totais com saúde. Sem levar em consideração qualquer alteração nos coeficientes de gastos per capita por faixa etária, espera-se uma elevação de gastos totais de mais de 40%, em termos reais, até 2050.
- Os gastos totais com educação diminuiriam levando-se em consideração somente a dinâmica demográfica. A explicação é a redução esperada no número de nascimentos e, conseqüentemente, da população infantil e jovem. Sua trajetória de queda começa a partir de 2020. Assim, os gastos com educação não devem pressionar os gastos governamentais ao longo do tempo, especialmente, a partir de 2025, quando os mesmos declinam, também, em termos absolutos.
- O gasto do RGPS partirá de cerca de 9% do PIB atualmente para cerca de 14% do PIB em 2050. O RPPS dobrará de tamanho passando de 2,1% do PIB em 2014 para 4,1% em 2050.
- Mantidas as regras de elegibilidade atuais, o Bolsa Família, que hoje despende cerca de 0,5% do PIB brasileiro, será reduzido a pouco mais de 0,2% do PIB até 2050.
- O crescimento populacional fará com que o gasto com BPC-LOAS mais do que dobre como proporção do PIB, partindo de 0,8% do PIB em 2014 e atingindo cerca de 1,7% do PIB em 2050.
- Além disso, a criação de uma rede de atendimento público para pessoas que eventualmente necessitem de cuidados de longa duração custaria ao setor público cerca de 1,8% do PIB em 2050.

O QUE HÁ DE NOVO

- As projeções mostram que o total gasto com previdência e programas de transferências para idosos absorverá 23% do PIB brasileiro em 2050, ante um gasto médio de 12,6% nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ou seja, indicam que a já elevada despesa relativa com gastos previdenciários no Brasil, em média 3 pontos percentuais do PIB maior do que nos países da OCDE, seria provavelmente ampliada para mais de 10 pontos percentuais se forem mantidas as regras atuais.
- No Brasil gasta-se ainda relativamente menos com saúde pública do que em outros países. A economia brasileira gasta somente cerca de 4% do PIB com saúde pública. Mesmo com o envelhecimento da estrutura etária, até 2050, o gasto permanecerá inferior ao de outros países, o que pode estar refletindo um conjunto mais complexo de fatores que afetam a demanda por saúde (como, por exemplo, a renda) ou ainda a distribuição entre despesas privada e pública em cada país.
- A demanda pela melhoria na qualidade da educação e da saúde pública no Brasil sugere que os perfis de gastos por idade observados hoje no Brasil dificilmente se manterão fixos, o que elevaria as despesas projetadas no estudo, baseadas exclusivamente nas mudanças da dinâmica demográfica.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

- Este estudo contribui para o debate da gestão de políticas públicas, através da apresentação transparente dos *trade-offs* de políticas públicas e sociais a ser enfrentados pela sociedade brasileira nos próximos anos. O tema aproveita o período de tomada de consciência social e política sobre a restrição orçamentária premente para estender o conceito e a racionalidade da decisão política para um horizonte mais longo, independentemente da disputa política atual.



Efeitos de longo prazo da reforma da Previdência no Brasil

Autoria: Pedro Cavalcanti Ferreira (pedro.ferreira@fgv.br) e Rafael Parente

Pesquisador: João Victor Issler

Organização: FGV Crescimento e Desenvolvimento da Fundação Getulio Vargas (FGV)

Apoio: Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)



Com o envelhecimento da população e a fragilidade financeira dos sistemas de seguridade social, vários países devem enfrentar – ou já estão enfrentando – problemas para financiá-los. Este estudo avalia o efeito sobre o comportamento ocupacional e de aposentadoria de mudanças na seguridade social que estão sendo discutidas ou implementadas no Brasil e em várias economias ao redor do mundo.

OBJETIVO

- Estudar os efeitos de mudanças nos sistemas de seguridade social, com regras diferentes para aposentados públicos e privados, sobre o comportamento individual – decisão de trabalho ou de aposentadoria – e agregado. São analisadas particularmente a unificação dos sistemas público e privado e algumas mudanças que estão sendo discutidas ou implementadas em diferentes países, como o aumento da idade mínima de aposentadoria.

METODOLOGIA DA PESQUISA

- Cria-se um modelo de ciclo de vida de escolha ocupacional e comportamento de aposentadoria. Os indivíduos podem estar no setor privado, trabalhando para o governo ou aposentados. Todas as decisões são endógenas: alguém só se candidatará à aposentadoria ou a um emprego no setor público se valer a pena. No agregado, há uma economia de três setores com produção pública e privada, sendo essa última formal ou informal.
- O governo paga salários (não competitivos) aos seus trabalhadores, em troca da produção de um bem público, e administra as aposentadorias num sistema de repartição para aposentados dos setores público e privado. Para pagar suas contas, o governo tributa o consumo, o capital e a renda do trabalho. As firmas privadas formais usam uma tecnologia simples com capital e trabalho, enquanto as firmas no setor informal usam uma função de produção linear no trabalho. Todas as empresas agem competitivamente.
- O modelo é calibrado para corresponder às características da economia brasileira em 2013 e reproduz detalhadamente dados relativos a decisões de escolha setorial, trabalhistas e de aposentadoria, bem como o déficit da seguridade social e a decisão de concorrer a um emprego público.
- Em um primeiro exercício contrafactual ajusta-se a taxa de crescimento populacional para simular o impacto das mudanças demográficas na economia em 2060, quando se projeta um envelhecimento significativo da população brasileira.

- Em seguida, são avaliadas as consequências de três cenários: i) apenas mudança demográfica, sem nenhuma reforma da seguridade social; ii) unificação dos sistemas público e privado de previdência (mais a mudança demográfica); iii) aumento da idade mínima de aposentadoria, além das reformas do cenário (ii).

RESULTADOS

- Se nada for mudado, o envelhecimento da população por si só aumentará o déficit da previdência social brasileira de cerca de 2% hoje para mais de 8% em menos de 45 anos. Dado o necessário aumento da tributação, o impacto na economia – medido, por exemplo, pela redução do consumo – será enorme.
- A unificação dos sistemas de previdência social – em um mundo no qual funcionários públicos têm condições de aposentadorias muito generosas – é capaz de reduzir consideravelmente – pela metade – o déficit da previdência social. Além disso, os funcionários públicos permanecem mais tempo no trabalho, aumentando sua poupança, para compensar a redução nos benefícios.
- Quando a idade mínima de aposentadoria é aumentada e contribuições maiores (e mais duradouras) são implementadas, o déficit tem uma redução adicional de 2 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB). A aposentadoria antecipada, portanto, tem um custo muito alto: uma grande fração de trabalhadores se aposenta hoje antes de atingir a idade de 60 anos, e a mudança no sistema previdenciário os obriga a trabalhar até os 65 anos.
- No longo prazo, as mudanças têm efeitos positivos sobre a poupança e a produção agregadas, ao mesmo tempo em que alteram consideravelmente a decisão de ingressar no setor público. As pessoas se candidatam mais cedo a um emprego público e, em média, são mais qualificadas. O bem-estar, em média, também aumenta. Assim, a sociedade como um todo tem muito a ganhar com modificações da seguridade social próximas às que estão sendo implementadas ou discutidas no momento.

O QUE HÁ DE NOVO

- O que há de inovador neste projeto é o desenvolvimento de um modelo para estudar escolhas de agentes que enfrentam múltiplos setores de trabalho e aposentadoria. Além disto não há no Brasil modelos de equilíbrio geral e ciclo de vida, com diferentes tipos de agentes e setores, tratando de reforma do sistema de seguridade social.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

- Muitos países ao redor do mundo estão vivendo o mesmo processo de envelhecimento da população. Vários deles têm sistemas duplos de previdência social generosos, que em geral favorecem os funcionários públicos. As mudanças demográficas previstas aumentarão acentuadamente o déficit da previdência social. A expansão da tributação necessária para financiá-lo resultará em menos consumo e poupança e maior desemprego, com diminuição no bem-estar da população.
- É claro que, dada a resistência política dos funcionários públicos contra reformas previdenciárias – ou de toda a população contra qualquer reforma, como parece ser o caso na França, por exemplo –, a implementação de algumas das mudanças avaliadas será muito difícil, se não impossível, a curto prazo – porque muitos perderão durante a transição para o novo regime. No entanto, os números aqui estimados mostram que os ganhos no futuro são grandes e que vale a pena enfrentar a oposição de grupos de interesse com foco em manter os privilégios atualmente existentes.



Respostas dos jovens a transferências de renda: evidências do Programa Bolsa Família sobre educação, emprego e autossuficiência econômica

Autoria: Cecília Machado (cecilia.machado@fgv.br)

Pesquisadores: Christiane Szerman e Valdemar Neto

Organização: EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV EPGE)

Apoio: Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FPA FGV)



Este projeto busca um melhor entendimento dos mecanismos associados à transmissão da pobreza entre gerações e à futura emancipação dos beneficiados de programas de transferência de renda. A estratégia empírica adotada utiliza a descontinuidade decorrente do limite de idade para elegibilidade ao benefício para estimar o efeito de uma exposição adicional de um ano ao Programa Bolsa Família (PBF).

OBJETIVO

- Investigar os possíveis efeitos de um ano adicional de recebimento do benefício do Programa Bolsa Família (PBF) por adolescentes e jovens sobre as escolhas educacionais, a situação dos indivíduos no mercado de trabalho e sua autossuficiência econômica.

METODOLOGIA DA PESQUISA

- A estratégia econométrica adotada é a regressão em descontinuidade. Explora-se uma descontinuidade na data de nascimento dos indivíduos que receberam benefícios monetários na adolescência e na juventude e, como contrapartida, precisaram cumprir algumas condicionalidades em educação.
- A amostra é restrita àqueles com idade em torno do limite que define a elegibilidade, isto é, 18 anos – são comparados indivíduos nascidos no final do ano (novembro e dezembro) com aqueles nascidos no início (janeiro e fevereiro) do ano seguinte.
- Ao todo, são acompanhados 8 grupos definidos de acordo com o período de nascimento entre 1989 e 1997. Usando dados do Cadastro Único juntamente com as folhas de pagamento do PBF, foi possível explorar essa descontinuidade e acompanhar longitudinalmente esses grupos de 2004 a 2015.
- Primeiro verifica-se se um ano a mais de exposição ao programa incentiva os destinatários a frequentar a escola. Isso é feito avaliando-se o impacto desse ano a mais: na probabilidade de o beneficiário não ser matriculado na escola e de ser graduado no ensino médio; em seu nível educacional no ensino fundamental ou no ensino médio; e também na probabilidade de ele estar matriculado numa faculdade até dois anos após a data em que completou 18 anos (data-limite para fazer jus ao benefício).
- Em segundo lugar, examina-se o caso de uma exposição adicional a transferências monetárias e se essa tem impacto nos resultados iniciais do mercado de trabalho formal. No cenário do estudo, é possível investigar se há um efeito de desincentivo para trabalhar no setor formal devido à elegibilidade de extensão em um programa de transferência de renda.
- A partir das informações contidas nas folhas de pagamento, estuda-se também a probabilidade de um indivíduo que recebeu o benefício na condição de dependente passar a ser a pessoa de referência (ou titular) de uma família beneficiada pelo programa no futuro.

RESULTADOS

- Quanto ao efeito de um ano a mais de exposição ao programa em termos de incentivo aos destinatários para frequentarem a escola, os resultados preliminares sugerem efeitos pequenos, embora positivos, nas matrículas escolares – redução em 2,6 pontos percentuais da probabilidade de não estar matriculado na escola –, mas nenhum efeito significativo no nível educacional.
- Quanto ao impacto de uma exposição adicional a transferências monetárias nos resultados do mercado de trabalho formal, os achados indicam que uma maior exposição ao programa está associada a menor participação e menores ganhos no mercado de trabalho formal, sugerindo que os beneficiários são induzidos a não trabalhar no setor formal quando ainda são elegíveis para receber transferências monetárias. Os beneficiários que completaram 18 anos imediatamente depois da data-limite para fazerem jus ao benefício do programa são menos propensos a estar empregados no mercado formal de trabalho em cerca de 3,4 pontos percentuais em comparação àqueles que completaram 18 anos imediatamente antes da data-limite. No entanto, esse efeito não é persistente e se torna positivo cinco anos depois. Quando a análise é dividida por gênero, esses efeitos se concentram nos homens.
- Cabe destacar que a análise apresenta uma limitação importante: devido à falta de dados, não foi possível rastrear indivíduos no setor informal – investigando, por exemplo, se uma menor participação no setor formal é contrabalançada por uma maior oferta de mão de obra no setor informal.
- Quanto à persistência da pobreza entre gerações, não foi encontrado nenhum efeito relevante do ano adicional de exposição na probabilidade de o beneficiário depender do suporte do programa em anos posteriores.

O QUE HÁ DE NOVO

- O projeto traz uma contribuição à incipiente evidência nacional e internacional sobre os efeitos de médio e longo prazo de programas de transferência de renda.
- A vantagem da abordagem empírica adotada sobre grande parte da literatura existente decorre do fato de que ela não depende dos limiares de elegibilidade de renda per capita usados para identificar potenciais beneficiários de programas de assistência social.
- O projeto utiliza dados administrativos abrangentes do PBF, cobrindo o universo de todos os beneficiários. Esses dados contêm informações detalhadas sobre várias características dos domicílios e indivíduos. O universo de jovens beneficiários durante o período de 2009 a 2014 é combinado com outros dados administrativos educacionais e de mercado de trabalho para construir um painel de dados com informações detalhadas sobre pagamentos em dinheiro do PBF, bem como resultados educacionais e formais do mercado de trabalho para cada beneficiário. O projeto é pioneiro em vincular essas fontes.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

- A análise quantitativa e qualitativa dos resultados provenientes da pesquisa contribui para aperfeiçoar a gestão da intervenção governamental, bem como as ações voltadas para a população em situação de vulnerabilidade social em todo o território nacional.
- O cruzamento de diversos dados administrativos adotado no estudo deve se tornar referência para a avaliação de políticas públicas no Brasil.



Os efeitos da casa própria: uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida no Rio de Janeiro

Autoria: Cesar Zucco (cesar.zucco@fgv.br)

Coautoría: Felipe Nunes e Natalia Bueno

Organização: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas (FGV EBAPE)

Apoio: Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e Yale University



Este estudo avalia os efeitos políticos de ser selecionado para participar de um programa habitacional do governo. Examina-se como as preferências, percepções e aspirações dos futuros beneficiários diferem daquelas de um grupo de comparação de não beneficiários similares, depois que os beneficiários foram selecionados, mas antes do recebimento efetivo do imóvel.

OBJETIVO

- Identificar e mensurar como a perspectiva de tornar-se proprietário de um imóvel afeta atitudes, preferências políticas e expectativas.

METODOLOGIA DA PESQUISA

- A pesquisa se vale do fato de que parte dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é definida por sorteio, de forma pública, a partir de uma lista de inscritos (e potenciais beneficiários) que também está disponível publicamente. A utilização do sorteio gera um grupo de “tratamento” (beneficiários) que é muito semelhante ao grupo de controle (inscritos que não foram sorteados), permitindo uma estimação bastante precisa dos efeitos da política pública.
- O estudo examinou quatro hipóteses principais:
 1. *Os beneficiários teriam preferências eleitorais mais pró-incumbentes do que não beneficiários*, medidas através da avaliação do desempenho dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff; do ex-prefeito Eduardo Paes; e de Michel Temer e Luiz Fernando Pezão, na época, respectivamente, presidente e governador.
 2. *As expectativas dos beneficiários sobre o futuro seriam mais positivas que as dos não sorteados*, medidas através de índice composto de quatro variáveis que medem as avaliações dos entrevistados sobre mobilidade intergeracional a longo prazo e expectativas de melhora financeira.
 3. *A satisfação com a vida (felicidade) dos beneficiários seria mais positiva que a dos não sorteados*, medidas por índices reconhecidos na literatura.
 4. *As atitudes sociais e políticas dos beneficiários não difeririam das dos não sorteados*, medidas por índices de crença no mercado.
- Os dados foram coletados por meio de um survey com 1.041 beneficiários e não beneficiários que participaram dos cinco sorteios da Faixa 1 do PMCMV realizados no Rio de Janeiro entre outubro de 2016 e março de 2017 – os mais recentes na época do desenho do estudo, o que significou que os beneficiários ainda não haviam recebido a casa (nem assinado o contrato). As entrevistas foram realizadas entre maio de 2017 e janeiro de 2018, tanto por telefone quanto presencialmente, e os entrevistadores desconheciam a atribuição de tratamento.
- Embora o estudo trabalhe apenas com quatro hipóteses gerais, cada uma delas implica medição e análise de várias variáveis de resultado. Todas as variáveis de resultado do estudo foram operacionalizadas com base nas respostas dos entrevistados às perguntas da pesquisa.

RESULTADOS

- A teoria do estudo previa que ser selecionado para se tornar de fato um proprietário afetaria as preferências dos beneficiários em relação aos incumbentes associados ao programa, vendo-os de forma mais favorável do que a outros políticos. Também previa que os futuros beneficiários e os não selecionados não difeririam em seus pontos de vista sobre questões sociais e políticas. Os resultados obtidos confirmam algumas dessas previsões e contrariam outras.
- Os beneficiários têm diferentes avaliações dos incumbentes em relação aos não sorteados. No entanto, os beneficiários penalizam os incumbentes associados ao PMCMV: eles têm avaliações mais baixas dos ex-presidentes Lula e Dilma que os não sorteados. Este resultado contraria a previsão inicial do estudo.
- Os beneficiários relataram menor satisfação com a vida que os não sorteados, e também eram menos propensos a ver a propriedade da casa “como um sonho”, e muito menos propensos a dizer que se mudariam para uma casa do PMCMV se fossem premiados com uma. Esses resultados são surpreendentes, mas consistentes entre si e com as análises adicionais realizadas com dados administrativos.
- Além disso, de forma consistente com as previsões da pesquisa, ser selecionado para participar do programa não influencia atitudes sociais mais amplas dos beneficiários sobre redistribuição de renda, o papel do Estado e a autoconfiança.

O QUE HÁ DE NOVO

- Ainda que existam muitos estudos que mostram governantes distribuindo recursos estrategicamente, há poucos trabalhos que analisam tanto o ganho efetivo que esses gastos trazem para a melhoria de bem-estar dos eleitores quanto a resiliência da gratidão do eleitor para com o governante. Neste estudo, considerando a associação entre a melhoria de bem-estar e a recompensa eleitoral, avalia-se o papel da promessa do bem, da gratidão pelo recebimento do bem e da variação ao longo do tempo na melhoria das condições de vida no voto e nas preferências políticas.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

- Embora alguns dos resultados do estudo contrariem as hipóteses que lhe serviram de base, eles são logicamente consistentes entre si e sugerem que o programa teve, de fato, efeitos negativos nas atitudes em relação aos políticos para aqueles que foram selecionados como beneficiários. Se esses efeitos negativos se desvanecerão quando os indivíduos receberem um novo lar é uma questão empírica que deve ser abordada na segunda fase do estudo. Por enquanto, no entanto, as evidências mostram uma realidade de insatisfação com o programa, pelo menos com a forma como foi executado no Rio de Janeiro após 2016.
- A explicação mais plausível para esses efeitos é que o programa pode simplesmente não cumprir sua promessa. Futuros beneficiários poderão se frustrar com os requisitos burocráticos para assegurar um contrato do PMCMV, com o prazo de entrega das unidades mais longo do que o esperado, ou mesmo com notícias de quadrilhas que ocupam projetos habitacionais. Foi realizado um follow-up qualitativo do survey com sorteados e não sorteados para investigar quais aspectos do programa estão gerando esses resultados negativos, mas esses dados qualitativos ainda não foram analisados.
- Considerando os resultados do estudo e o que se constatou nas entrevistas realizadas, parece conveniente que no processo de seleção de beneficiários do PMCMV fossem adotadas as seguintes medidas (algumas possivelmente já implementadas): fazer alguma triagem de elegibilidade quando da inscrição para o sorteio; solicitar mais informações de contato na inscrição (Facebook, WhatsApp, parentes); integrar a lista de espera com a *Relação Anual de Informações Sociais* (RAIS), Cadastro Único etc.; prover atendimento online ou por telefone para os sorteados; melhorar o sistema de preferências geográficas; fazer análise de demanda; dar aos sorteados opção de localização do imóvel ou territorializar todos os sorteios; deixar mais claro que “tempo de espera” não afeta chances de seleção.



Repositório em 3D – Obras de arte nos espaços públicos do Rio de Janeiro: um olhar para o modernismo

Autoria: Asla Medeiros e Sá (asla.sa@fgv.br) e Vivian Luiz Fonseca (vivian.fonseca@fgv.br)

Pesquisadores: Adolfo Bartolome Ibañez Vila, Américo Freire, Daniela Lucas da Silva, Karina Rodriguez Echavarria, Marília Alves de Carvalho e Silva, Mayara Baptista Silveira, Paulo Cezar Carvalho, Renato Rocha Souza, Ricardo Marroquim, Suemi Higuchi e Vera Lucia Dias Oliveira

Organização: Escola de Matemática Aplicada (FGV EMap) e Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC), ambas da Fundação Getulio Vargas (FGV)

Apoio: Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV)



A criação de um repositório digital em 3D sobre obras de arte presentes no espaço público do Rio de Janeiro, a ser disponibilizado a pesquisadores e gestores ligados à preservação do patrimônio e ao público em geral, permitirá conhecer melhor esse acervo de bens culturais.

OBJETIVO

- **Elaborar um plano piloto para a criação de um repositório digital em 3D sobre obras de arte presentes no espaço público do Rio de Janeiro.**

METODOLOGIA DA PESQUISA

- O estudo técnico sobre a viabilidade, as potencialidades e os impactos de um repositório digital em 3D de obras de arte presentes no espaço público do Rio de Janeiro, inclui pesquisas tecnológica, documental, histórica e jurídica, bem como da digitalização de um conjunto de obras pré-selecionadas.
- Tendo em vista a aproximação dos 100 anos de realização da Semana de Arte Moderna de 1922, elegeu-se um conjunto de obras que dialogam com o movimento modernista.
- Foram selecionadas inicialmente seis obras de arte a partir de critérios como: a) representatividade da obra de arte e de seu autor no movimento modernista; b) parâmetros técnicos para digitalização, visando o aprimoramento do uso dessa tecnologia; c) estado de conservação da obra, priorizando as que se encontram mais degradadas; d) impacto e relevância da peça no espaço urbano onde se encontra; e) acessibilidade para digitalização.
- A partir do material disponibilizado online para a cidade do Rio de Janeiro – em <<http://inventariodosmonumentosrj.com.br/>> –, foi feito um mapeamento das obras de arte dispostas no espaço público da cidade, com ênfase modernista.
- Após teste e fundamentação de questões técnicas e tecnológicas, optou-se pela adoção da fotogrametria no processo de digitalização.
- Em decorrência do estudo de softwares a serem utilizados para disponibilização e acesso aos modelos 3D digitais produzidos no âmbito do projeto, bem como da especificação de metadados adequados, passou-se a realizar testes utilizando os programas 3DHOP e Tainacan, como preparação para a implementação do repositório.

RESULTADOS

- Foi desenvolvido um aplicativo piloto de realidade aumentada para as obras *Evangelista e Mulher*, que mostrou ter grande potencial para ser aprimorado como produto.
- Elaborou-se um estudo da categoria de patrimônio digital – com um apanhado de como órgãos internacionais e nacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tratam o tema, além de um balanço de ações de difusão relativas a projetos nacionais e internacionais de digitalização de patrimônio cultural.

O QUE HÁ DE NOVO

- O projeto busca avançar não apenas no debate teórico e metodológico relacionado ao uso de tecnologias digitais para preservação de patrimônio histórico e cultural, mas também na difusão de práticas de salvaguarda do patrimônio nacional.
- A discussão sobre padrões de metadados para descrição de arquivos digitais de modelos 3D, que documentam obras de arte no espaço público do Rio de Janeiro do período modernista, é inédita e de grande relevância no contexto brasileiro.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

- O estudo jurídico realizado sobre direitos autorais permite encaminhar o projeto com mais segurança jurídica. No entanto, ele demonstrou as dificuldades relativas à discussão sobre a digitalização de obras em 3D, ainda um campo em aberto no Brasil e no exterior, o que torna necessário aprofundá-lo na segunda etapa do projeto.
- A equipe do projeto liderou um movimento que buscou estabelecer sinergia entre as principais instituições de pesquisa, de acervos e museus nacionais, procurando potencializar os usos de tecnologias variadas para essas instituições. Cabe ressaltar a parceria que está sendo estabelecida entre a FGV e o Museu Nacional/UFRJ, mas também com o Museu Histórico Nacional (MHN), o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN, o Instituto Moreira Salles (IMS), o Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS), Museu do Amanhã, Oi Futuro, University of Brighton (Reino Unido), entre outras.

Agenda regulatória na prática: as políticas adotadas por agências reguladoras brasileiras nos últimos vinte anos

Coordenadora e autoria do projeto: Alketa Peci (alketa.peci@fgv.br)

Líderes do projeto: Alketa Peci (alketa@fgv.br), Joisa Dutra (joisa.dutra@fgv.br) e Renato Rocha (renato.souza@fgv.br)

Pesquisadores: Aline Santos, Joisa Dutra, Fabiola Fernandes, Flavio Fontanelli e Luiz Geron

Organização: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (FGV EBAPE), Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura (FGV CERI) e Escola de Matemática Aplicada (FGV EMAp), todos da Fundação Getulio Vargas (FGV)

Apoio: Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)



O estudo das tipologias de decisões adotadas por quatro agências reguladoras federais brasileiras revela que um bom *mix* de expertises – provenientes do mercado, da indústria regulada estatal e do setor público federal – e um peso menor de indicações políticas na composição de suas diretorias colegiadas parecem estar associados a uma maior consistência no desempenho das atividades regulatórias.

OBJETIVO

- Identificar as principais tipologias decisórias adotadas por um conjunto de órgãos reguladores federais no Brasil (Agência Nacional do Petróleo - ANP, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS), desde sua criação até hoje.

METODOLOGIA DA PESQUISA

- Adotou-se uma perspectiva que compreende as agências como órgãos públicos que tomam decisões em contexto de ambiguidade de objetivos de políticas públicas. Partiu-se da premissa de que existem diferenças esperadas entre o que a agência deve fazer – com base em sua lei de criação, missão e outros marcos legais – e aquilo que ela, de fato, adota na prática.
- Para mensurar as principais tipologias de decisões tomadas por Agências Reguladoras Independentes (ARIs) federais brasileiras ao longo de vinte anos de atuação, foram analisadas as notícias de imprensa publicadas nos websites institucionais por um grupo de ARIs, no período 2002-2017.
- O mapeamento das principais tipologias de decisões que as agências tomaram ao longo de suas trajetórias usou técnicas de aprendizagem de máquina, como a modelagem de tópicos (*topic modelling*).
- Para explorar as diferenças em termos de tipologias decisórias que as agências adotam, recorreu-se a indicadores relacionados à composição técnica e política da diretoria colegiada de diretores das ARIs, orçamento e recursos humanos, assim como a mudanças políticas de governo.

RESULTADOS

- O resultado da análise apontou para um tripé de tipologias decisórias, conceitualmente classificadas e validadas a partir de entrevistas com as equipes de cada agência reguladora, como: regulatórias, burocráticas e outras políticas finalísticas.
- Ao longo da sua trajetória, as agências adotam decisões que vão além das atividades regulatórias, relacionadas com a promoção da competição, a revisão contratual e tarifária. De fato, boa parte delas manifesta outras tipologias decisórias:

a) burocrática – decisões que refletem aspectos institucionais da agência ou o uso do poder de polícia, como na fiscalização ou na certificação de produtos e serviços; b) outras políticas finalísticas – decisões variadas que englobam a promoção da indústria nacional, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), subsídios de tarifa para consumidores de baixa renda, ou apoio a políticas setoriais (como a de saúde pública), entre outras.

- As decisões regulatórias não são uma constante do repertório das agências reguladoras pesquisadas. A composição em termos de expertise e politização de suas diretorias colegiadas, assim como as características do corpo técnico, parecem influenciar a adoção pelas agências de distintas lógicas de atuação.
- A despeito de mudanças de rumos políticos, algumas agências, como a ANEEL, têm sido mais consistentes na adoção de políticas regulatórias. Essa consistência parece estar associada a uma boa composição da diretoria em termos de *mix* de expertises – provenientes do mercado, da indústria regulada e do setor público federal – e ao peso menor de indicadores políticos na composição da diretoria colegiada.
- Com relação à expertise de mercado, entendida como experiência prévia dos diretores no setor privado, percebe-se que ela ainda ocupa um espaço relativo não muito substancial nas agências pesquisadas. Apesar do crescimento da participação de diretores com este tipo de expertise, ainda predomina a experiência adquirida na indústria regulada estatal, apesar das acentuadas variações ao longo do período. A expertise na administração pública federal ganha, ou recupera, força em quase todas as agências no período analisado.
- Os padrões de politização variam de uma agência para outra.
- Os resultados sugerem que combinações tecnocráticas de expertise podem não somente direcionar a atuação da agência para uma lógica mais regulatória, como, em paralelo, isolar a atuação da agência de ingerências político-partidárias de curto prazo, representadas por altas proporções de diretores de perfil político-partidário.

O QUE HÁ DE NOVO

- A pesquisa recorre a uma metodologia inédita. Considerando que boa parte das ARIs foi criada na era da informação e segue princípios de maior transparência, o estudo se concentrou nas notícias de imprensa publicadas nos websites institucionais por um grupo de ARIs, no período em estudo (2002-2017). As ARIs divulgaram milhares de notícias ao longo das suas trajetórias, que podem ser consideradas uma boa proxy de suas decisões mais importantes – uma vez que são “priorizadas” para divulgação.
- Diferentemente de estudos anteriores, este trabalho não se concentra em captura regulatória, mas considera as dimensões de expertise, politização e vacância das diretorias para verificar se estas se associam com as tipologias regulatórias identificadas.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

- A pesquisa indica que diferentes expertises se associam a diferentes lógicas de atuação nas ARIs. Maiores níveis de expertise no setor privado ou na indústria regulada, por exemplo, favoreceriam a lógica regulatória. Maiores níveis de expertise político-partidária, por outro lado, enfraqueceriam a lógica regulatória. Mas nenhum desses perfis, isoladamente, influenciaria positivamente o bom desempenho das decisões regulatórias.
- Há indícios, ao contrário, da existência de um sistema de “pesos e contrapesos” em perfis plurais e técnicos de expertise nas diretorias colegiadas. Tal sistema favoreceria não somente uma maior consistência regulatória na atuação das agências como também uma maior proteção contra interferências políticas.
- É importante, portanto, incentivar um *mix* adequado de expertises nas diretorias colegiadas das ARIs como uma forma mais realista de garantir sua autonomia decisória e blindar os reguladores da pressão isolada de certos grupos de interesse.

Consequências econômicas do atraso educacional no Brasil do século XX

Autoria: Samuel Pessoa (samuel.pessoa@fgv.br)

Pesquisadores: Edmilson de Siqueira Varejão Neto e William Summerhill

Organização: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE)

Apoio: Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FPA FGV)



O déficit histórico na educação no Brasil é um entrave para que o país faça a transição de uma economia de renda média para uma economia de alta renda e eleve a produtividade no setor de serviços. Este projeto avalia como estaria o país hoje caso tivéssemos, como sociedade, adotado uma estratégia econômica mais intensiva em investimento em capital humano, e não físico.

OBJETIVO

- Estimar, utilizando metodologias de análise contrafactual, qual seria a trajetória de crescimento econômico, população, Produto Interno Bruto (PIB) per capita e nível de escolaridade, entre outras variáveis macroeconômicas, em resposta ao aumento do investimento em educação.

METODOLOGIA DA PESQUISA

- O estudo modela a economia brasileira de tal forma que a produção dependa não apenas do capital, do trabalho e da produtividade, mas também da melhoria da produtividade da mão de obra que surge quando há investimento em capital humano. Tomando o nível de escolaridade como uma proxy para o capital humano, são utilizados cenários contrafactuais para estimar o impacto de níveis mais altos de escolaridade no PIB per capita.
- São avaliados os efeitos econômicos de níveis mais altos de escolaridade levando em conta um componente demográfico, em que a escolarização reduz as taxas de fecundidade, e um componente de produção, pelo qual a escolaridade aumenta a produtividade por trabalhador.
- Esses efeitos são quantificados por meio da especificação de cenários contrafactuais com maior gasto público em educação e da medição do impacto econômico do aumento da escolaridade em um modelo básico de economia fechada.
- Primeiro, usam-se os dados históricos como entrada para testar a aderência do modelo. Em segundo lugar, são testadas três hipóteses de gasto público alternativo – aumento de 1%, 2% e 4% do PIB – direcionado ao nível primário, durante o período de 1933 a 1985, e avaliado o efeito delas em 2004.
- Adotam-se três conjuntos de premissas: o primeiro considera apenas o efeito sobre ganhos de produtividade; o segundo adiciona ao primeiro os impactos do componente demográfico; o terceiro soma aos anteriores a política Nenhuma Criança Fora da Escola, em que a recuperação de um aluno repetente é priorizado antes da criação de uma nova vaga escolar.
- As trajetórias educacionais contrafactuais para a população do Brasil são estruturadas da seguinte maneira. Quando o gasto público contrafactual na educação é aumentado, duas hipóteses entram em cena. A primeira envolve a origem

dos gastos adicionais. A segunda envolve a imposição de uma regra sobre como as matrículas escolares são alocadas por nível de escolaridade e ano de escolaridade em resposta a um aumento nos gastos com educação.

- Assume-se que o gasto adicional em matrículas é prioritário no ensino primário. Dentro das escolas primárias, as vagas para estudantes são alocadas para cada série de acordo com a proporção do grupo etário da série na população total.

RESULTADOS

- Aumentar os gastos com educação primária pública em 1% do PIB a cada ano aumentou a estimativa contrafactual do PIB per capita em até 26% acima do nível observado em 1985 e reduziu o tamanho estimado da população em 14%. Aumentar os gastos educacionais em 2% do PIB aumentou a renda per capita em quase 32% e reduziu a população contrafactual em 19%. Para os mesmos cenários contrafactuais apresentados anteriormente, considerando a política de recuperação de reprovados, os resultados estimados para o crescimento do PIB per capita saltariam para 42%, 78% e 101%, respectivamente. Portanto, o investimento em educação mostrou-se muito eficaz e com efeitos crescentes.
- Esses resultados são consistentes com a hipótese do projeto e sugerem que os baixos níveis de gastos com educação primária no século XX foram onerosos para o Brasil. Embora o foco do estudo esteja na “quantidade” de escolaridade, há evidências sugerindo que a qualidade da educação pode ter efeitos ainda maiores.
- As estimativas feitas, usando vários contrafactuais nos quais são aumentados os gastos no nível primário, mostram que os ganhos para a economia de níveis modestamente mais elevados de gastos neste nível teriam sido consideráveis no início do século XXI. A implicação é clara: as políticas educacionais do Brasil foram muito custosas em termos de perda de produtividade e renda da população.

O QUE HÁ DE NOVO

- Este estudo é o primeiro a construir estimativas de capital humano para o Brasil em um período tão longo de tempo, e o primeiro a estimar os ganhos de produção per capita ocasionados por uma eventual redução na fertilidade após o aumento do nível educacional. Inovamos também ao incluir a repetência e a evasão escolar como variáveis relevantes para a formação do capital humano.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

- A pesquisa revela que tão ou mais importante do que aumentar o investimento em educação é garantir que a educação se transforme efetivamente em aprendizagem. Abandonar as crianças à própria sorte sai muito caro para uma nação. O resultado é intuitivo: recuperar repetentes é aumentar a eficiência do gasto público em educação. Antes de investir em novas infraestruturas e em níveis educacionais superiores, deve-se extrair o máximo de alunos nos níveis iniciais. Adicionalmente, essa política deve ser colocada em prática nos primeiros anos de ensino, quando o custo por aluno é menor e o retorno em produtividade, maior.
- Para além dos impactos sobre variáveis macroeconômicas, uma extensão da pesquisa é estudar os impactos do atraso educacional brasileiro no século XX sobre a desigualdade de renda e o bem-estar. A partir do mesmo arcabouço metodológico e dos dados produzidos, outras perguntas podem ser respondidas, como: 1) além do impacto médio medido pelo PIB, qual seria a heterogeneidade do efeito sobre a renda; isto é, qual seria o impacto sobre a desigualdade de renda?; 2) Sem alterar o montante investido, quais seriam os efeitos econômicos, demográficos e educacionais de ter alocado recursos públicos do ensino superior para o ensino fundamental?; 3) Para além dos impactos sobre PIB per capita, quais são os efeitos intertemporais sobre bem-estar, medido pelo fluxo de consumo?

Homicídios e maioria penal: uma abordagem com densidade descontínua

Autoria: Francisco J. M. Costa (francisco.costa@fgv.br), Bárbara Caballero, Felipe Saraiva Iachan (felipe.iachan@fgv.br) e João S. de Faria

Organização: EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV EPGE)

Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)



Este estudo avalia o efeito dissuasivo da maioria penal no Brasil utilizando a taxa de mortes violentas como proxy para o envolvimento de um indivíduo em crimes violentos.

OBJETIVO

- Avaliar o efeito dissuasivo de punições mais severas decorrentes da maioria penal no Brasil empregando um desenho de densidade descontínua.

METODOLOGIA DA PESQUISA

- O ponto de partida teórico do estudo é que punições mais pesadas, ao reduzirem os benefícios líquidos da participação em crimes, devem desincentivar a participação em delitos e crimes.
- Utilizar dados baseados em registros criminais tem um potencial *viés de subnotificação* de magnitude desconhecida que compromete qualquer estimativa do envolvimento criminal baseada na idade. Para contornar esse viés, propomos uma nova proxy para mensurar o envolvimento de um indivíduo em crimes violentos: o número de mortes violentas por idade, isto é, a propensão a ser vítima de um homicídio por idade do indivíduo.
- A lei penal no Brasil define que indivíduos passam a responder por violações da lei na condição de adulto aos 18 anos de idade. Essa descontinuidade na regra de idade para processo criminal se presta a um quase experimento natural, que é explorado para medir o grau em que uma punição mais rigorosa pode influenciar a decisão de se envolver em um crime ao redor da idade de maioria penal. O estudo busca evidências de maiores propensões a se envolver em atividades criminosas violentas no Brasil por meio do efeito que elas podem ter sobre a mortalidade violenta.
- São aplicados métodos de desenho de densidade descontínua à frequência de mortes violentas (masculinas) por idade, usando registros nacionais de óbitos de 1996 a 2013.
- Uma mudança brusca no número de mortes violentas aos 18 anos de idade indicaria uma mudança no envolvimento em crimes aos 18 anos.
- O pressuposto de identificação é que todos os fatores que afetam as taxas de mortalidade violenta têm efeitos contínuos sobre o número de mortes violentas em torno da idade de corte; portanto, o único fator que afeta *de forma descontínua* as taxas de mortalidade violenta em torno do aniversário de 18 anos de um indivíduo deve ser sua propensão a participar de crimes como resultado da súbita mudança na sanção penal. Essa estratégia não exige

que uma grande parte das mortes violentas coincida com o comportamento criminoso do falecido; exige apenas o comportamento contínuo de outros determinantes da probabilidade de morte.

- O grupo de tratamento compreende jovens adultos que acabaram de completar 18 anos, enquanto o grupo de controle, que serve como contrafactual para comparações, abrange jovens com pouco menos de 18 anos.
- Para avaliar o comportamento dos dados criminais em torno da idade de maioridade penal, é feito um estudo de registros de detenções policiais do Rio de Janeiro, utilizando dados de acesso restrito das prisões registradas pela polícia no estado de 2010 a 2014. Os dados abrangem 118 delegacias de polícia, cobrindo um território que abrigava, de acordo com o censo demográfico, 74,5% da população do estado.
- Foram usados apenas registros que contêm pelo menos as seguintes informações: cor da pele, sexo e data de nascimento do infrator. Os crimes são divididos em quatro categorias: crimes violentos; crimes contra a propriedade; crimes não classificados relacionados a drogas; e outros crimes. Esse estudo fornece também novas evidências do viés de subnotificação de crimes violentos e de sua magnitude.

RESULTADOS

- A análise de todas as mortes de homens no Brasil entre 1996 e 2013 na quase totalidade das regiões metropolitanas e capitais de estados revela pouca evidência do ponto de partida teórico do estudo – que punições mais pesadas reduzem os benefícios líquidos da participação no crime, uma redução que deveria então ser refletida em um número menor de homicídios logo depois dos 18 anos.
- Não foi encontrada nenhuma mudança discernível na densidade de mortes violentas de jovens homens logo após atingirem a maioridade penal nas áreas metropolitanas brasileiras. Esse resultado é mais uma evidência de fracos efeitos dissuasores da ameaça de penas mais rigorosas sobre o comportamento criminoso violento de jovens.
- Os resultados são consistentes com a teoria geral do crime de Gottfredson e Hirschi¹, segundo os quais o comportamento criminoso é muitas vezes impulsivo e reflete uma falta de autocontrole. Moffitt² e outros mostram que indivíduos com autocontrole deficiente cometem mais erros como adolescentes, como envolver-se em crimes. Nesses casos, a ameaça de punições mais severas teria um efeito de dissuasão ainda menor na prática.
- Também foram encontradas evidências de viés de subnotificação ao usar os registros de detenção da polícia. Em razão da disponibilidade de dados, essa análise foi restrita ao estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2010 e 2014.

O QUE HÁ DE NOVO

- Este é o primeiro estudo dos efeitos dissuasores da maioridade penal fora de um país desenvolvido usando uma metodologia de identificação causal.
- A abordagem adotada complementa estudos anteriores sugerindo o uso de uma nova medida para o envolvimento criminal: o número de mortes violentas por idade. A principal diferença entre a análise adotada e o desenho de regressão descontínua tradicional reside no fato de que a variável dependente adotada não é uma função de outras covariáveis que determinam a atribuição do tratamento. Em vez disso, utilizam-se dados sobre mortes violentas por idades do indivíduo e se investiga se sua *frequência* muda aos 18 anos de idade.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

- Embora a discussão atual sobre criminalidade no Brasil se concentre em políticas baseadas em punições, há uma série de políticas focadas em aumentar os benefícios do não envolvimento criminal, que são igualmente importantes nos cálculos racionais. Há muitas políticas que podem reduzir o envolvimento criminal aumentando os incentivos a se manter longe do crime, como programas de educação e inclusão social e no mercado de trabalho. Portanto, ainda há um papel importante a ser cumprido por pesquisas futuras sobre a eficácia de políticas específicas orientadas por essa lógica.

1. Gottfredson, Michael R.; Hirschi, Travis (1990). *A General Theory of Crime*. Stanford University Press.

2. Moffitt, Terrie E. et al. (2011). "A Gradient of Childhood Self-Control Predicts Health, Wealth, and Public Safety". *Proceedings of the National Academy of Sciences* 108(7): 2693-98.

Resultados do Programa Mais Médicos (PMM) nos indicadores municipais da saúde

Autoria: Paulo Roberto Arvate (paulo.arvate@fgv.br)

Pesquisadores: André Leonardo Pruner da Silva, Cleberson Williams dos Santos, Dante Dianezi Gambardella, Gisele Walczak Galilea, Rodrigo Bandeira-de-Mello, Sergio Pinheiro Firpo e Vladimir Pinheiro Ponczek

Organização: Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP)

Apoio: Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV), Ministério da Saúde e Hospital Samaritano



O PMM foi criado em 2013 com o objetivo de fortalecer a atenção básica na saúde em regiões do país onde se encontram deficiências na oferta de médicos. Este estudo avalia o impacto da adoção do programa na oferta de médicos e nos serviços e exames prestados por Unidade Básica de Saúde (UBS).

OBJETIVO

- Investigar empiricamente se houve uma mudança na oferta de médicos e seus efeitos nas consultas e exames destinados à população nas UBS com uma avaliação entre os anos de 2008 e 2016.

METODOLOGIA DA PESQUISA

- Os indicadores foram calculados por estabelecimento e competência, com periodicidade mensal. Assim, foi possível obter a quantidade de procedimentos de saúde produzidos em cada estabelecimento/competência (consultas/exames) e também identificar a quantidade de médicos (tanto do PMM quanto médicos em geral) alocados nos estabelecimentos no período analisado.
- As variáveis construídas para procedimentos da saúde levaram em conta o foco do PMM – fortalecimento da atenção básica – e o aumento de doenças, decorrente do envelhecimento da população, da incidência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) – como doenças cardiovasculares, do aparelho respiratório, neoplasias e diabetes mellitus.
- Além da quantidade geral de consultas realizadas nos estabelecimentos de atenção básica feitas por médicos, investigou-se a participação de outros profissionais da saúde. Grande parte dessas consultas é realizada por profissionais de saúde da família, fisioterapeutas, enfermeiros e assistentes sociais, entre outros.
- Utilizou-se o método de *difference-in-differences* para se obter os resultados. Definiu-se como grupo de tratamento os estabelecimentos que receberam médicos do PMM em pelo menos um trimestre analisado e como grupo de controle os demais estabelecimentos.
- Para guiar os exercícios empíricos, foram desenvolvidas duas equações:
 - a. uma equação para observar a diferença de comportamento entre as UBS que receberam médicos do PMM e as que não os receberam. A partir dessa equação, são obtidos três resultados: 1) o efeito sobre a oferta de médicos da adição de um médico do PMM as UBS em relação a UBS que nunca tiveram um médico do PMM em qualquer competência; 2) o mesmo efeito sobre resultados acima e abaixo da mediana de médicos da amostra; 3) o mesmo

efeito nos municípios seguindo sete perfis daqueles definidos como prioritários pelo programa (foram excluídas as áreas indígenas).

- b. uma equação para observar o efeito da quantidade de médicos (do programa; que não são do programa; e, dentro do programa, médicos cubanos e não cubanos) sobre os serviços e exames nas UBS.

RESULTADOS

- Observa-se um aumento positivo e significativo do número de médicos nos estabelecimentos após o programa. Estabelecimentos que aderiram ao PMM, em média, tiveram 0,3 médico adicional, um efeito importante, considerando a média de 1,8 médico por estabelecimento no período pré-PMM.
- Apesar desse efeito positivo sobre a oferta total de médicos, houve um efeito substituição: houve nos estabelecimentos uma redução do número de médicos não participantes do programa, o que explica uma pequena diferença na expansão da oferta média entre os que receberam e os que não receberam médicos do PMM.
- O número total de médicos cresceu mais em municípios mais vulneráveis e a quantidade de médicos que não são do PMM caiu mais naqueles menos vulneráveis.
- De maneira geral, estabelecimentos que receberam médico(s) do PMM apresentaram aumento na proporção dos atendimentos feitos por médicos após o programa, tanto nas consultas básicas e de urgência, como nos atendimentos de pré-natal.
- Em termos de produção de consulta e exames, não se pode afirmar que o médico do PMM é mais efetivo que um médico que não seja do PMM. Médicos do PMM fazem mais consultas básicas e exigem mais de outras especialidades (consultas feitas por não médicos), fazem menos consultas de emergência, mais consultas de pré-natal e pedem mais exames de hemoglobina. Médicos que não são do PMM pedem mais exames de eletrocardiograma.
- De forma geral, cubanos são mais efetivos que não cubanos no PMM em termos de consultas de emergência e de pedido de exames (hemoglobina e eletrocardiograma). Por outro lado, eles são menos efetivos do que os não cubanos em consultas básicas e de pré-natal.

O QUE HÁ DE NOVO

- Este é o primeiro estudo que avalia o impacto do Programa Mais Médicos no nível das UBS.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

- Em termos de política pública, um dado revelado pelo estudo é particularmente relevante. Constatou-se que, no período analisado, houve uma grande redução no número de médicos municipais nas UBS que receberam profissionais do PMM: ao mesmo tempo em que entraram médicos do programa, demitiram-se médicos que não eram do programa. Esse efeito de substituição se reflete nos dados gerais de oferta de médicos. Não fosse ele, os resultados obtidos com a implantação do programa seriam muito mais positivos.

Macroeconomia em momentos de quase dominância fiscal: modelo e simulações

Autoria: Aloisio Pessoa de Araujo (aloisio.araujo@fgv.br)

Pesquisadores: Paulo de Carvalho Lins e Rafael Santos

Organização: EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getulio Vargas (FGV EPGE)

Apoio: Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV)



Um *policy maker* endividado, ocasionalmente, deve decidir entre (i) uma taxa de juros mais alta para ter inflação na meta anunciada ou (ii) aceitar uma inflação mais alta. Esse projeto formaliza esse *trade-off* e mostra que um nível elevado de dívida pública abre as portas para expectativas adversas, pressionando as taxas de juros nominais e levando ao descumprimento da meta de inflação. Os autores usam o modelo para explicar o descumprimento da meta de inflação em 2002-2003 no Brasil.

OBJETIVO

- Desenvolver um modelo que capte os *trade-offs* entre as políticas fiscal e monetária durante um período em que a economia se encontra em situação de “quase dominância fiscal”, ou seja, quando a política monetária continua ativa, mas perde eficácia devido a uma trajetória insustentável da dívida pública.

METODOLOGIA DA PESQUISA

- É construída uma estrutura para captar os *trade-offs* intertemporais das políticas fiscal e monetária, que incorpora: (i) o incentivo de curto prazo para levantar dinheiro por meio da emissão de dívida soberana *versus* taxas de juros nominais mais elevadas, determinadas por expectativas racionais; (ii) o benefício a longo prazo de respeitar metas (ter uma meta confiável) *versus* a tentação de curto prazo de utilizar a inflação para reduzir a dívida pública.
- Em termos de política monetária, modela-se um formulador de políticas que decide a meta e a inflação real de acordo com um jogo de três estágios. No primeiro estágio, ele anuncia a meta; no segundo, os agentes privados formam suas expectativas; no terceiro, o formulador de políticas decide entregar (ou não) a meta. Como ele enfrenta limitações fiscais, os agentes privados podem duvidar de sua capacidade para entregar a meta anunciada. Em consequência, o formulador de políticas pode anunciar uma meta baixa para buscar uma inflação baixa e correr o risco de sofrer uma crise de expectativas, ou anunciar uma meta moderada para buscar uma melhor coordenação de expectativas.
- Como esse jogo de três estágios ocorre em apenas um período, mas se repete indefinidamente, o formulador de políticas deve decidir, além da inflação, sua política de endividamento de um período para o seguinte. Uma função de perda, que penaliza tanto a inflação quanto a tributação, orienta essa decisão intertemporal.

- Em todos os períodos, supõe-se que há um comprometimento imperfeito do formulador de políticas com uma dada taxa de inflação, ou seja, ele anuncia a meta, mas pode ignorá-la e usar a inflação para reduzir a dívida.

RESULTADOS

- A fragilidade fiscal abre a porta para crises de confiança, ou seja, inflação esperada maior que a meta e taxas nominais de juros mais altas que as taxas livres de risco (juros reais mais a meta de inflação).
- Pode ser ótimo para o formulador de políticas combater a fragilidade fiscal reduzindo gradualmente o endividamento público. Essa prescrição fiscal corresponde aos resultados fiscais brasileiros entre 2004 e 2014, quando a dívida fiscal líquida em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu de 45% para quase 30%.
- Surpreendentemente, para uma meta de inflação baixa e níveis moderados de endividamento, dependendo dos parâmetros de preferência do formulador de políticas, pode ser ótimo permanecer na região de fragilidade fiscal e evitar o ajuste fiscal custoso. Nesse caso, é melhor simplesmente aumentar o nível de endividamento público, o que torna o regime de metas de inflação insustentável. Essa prescrição fiscal corresponde aos dados brasileiros entre 2014 e 2018, quando a dívida fiscal líquida em relação ao PIB aumentou de 30% para quase 60% (em 2015, o limite superior da meta era 6,5% e o governo entregou uma inflação de 10,67%).

O QUE HÁ DE NOVO

- Os modelos já desenvolvidos para estudar a interação entre o lado fiscal e o monetário da economia são úteis para analisar os casos extremos: modelos de dominância fiscal, em que o Banco Central perde sua função de coordenação de expectativas de inflação; ou modelos ortodoxos que desprezam os limites impostos pela política fiscal à política monetária. Mas pouco dizem sobre como a economia se comporta em casos de “quase dominância fiscal”, quando o Banco Central ainda tem capacidade, mesmo que limitada, de coordenar as expectativas de inflação. O modelo desenvolvido neste projeto pode ser usado para analisar a política monetária e a atuação do Banco Central em uma situação fiscal frágil.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

- O foco do modelo desenvolvido é entender como a política fiscal impacta a atuação da autoridade monetária e, consequentemente, a eficácia da política monetária. A compreensão desse aspecto da interação entre as duas políticas é fundamental para descrever os riscos atuais na condução da política monetária brasileira. O desenvolvimento do modelo teórico permitirá um melhor planejamento por parte do Banco Central ao evidenciar riscos e limites da sua atuação. A sociedade civil também será beneficiada, ao ter um novo modelo pelo qual poderá analisar a condução da política monetária.

A importância da aprendizagem na nova economia de partilha

Autoria: André Trindade (andre.trindade@fgv.br), Edson Wu e Leandro Gorno (leandro.gorno@fgv.br)

Organização: EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV EPGE)

Apoio: Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FPA FGV)



Com a crescente facilidade de acesso à internet e a percepção de que as transações por meios virtuais são seguras, os mercados de partilha (*peer-to-peer*) têm se tornado cada vez mais importantes e populares. Mas eles constituem ambientes extremamente incertos devido à presença constante de choques, aos quais os vendedores precisam estar sempre se ajustando.

OBJETIVO

- Estudar o processo de aprendizagem nos mercados de partilha, por meio de um modelo de precificação dinâmica, que utiliza dados de uma plataforma de aluguel de acomodação, o Airbnb.

METODOLOGIA DA PESQUISA

- Os dados utilizados – informações sobre os preços e características dos imóveis, e características dos anfitriões – estão disponíveis publicamente no site do Airbnb. Eles são recuperados com um código automatizado. Grosso modo, o código faz o que uma pessoa faria se estivesse procurando uma acomodação em um lugar, para uma data específica e para um hóspede.
- Desenvolveu-se um modelo de precificação dinâmica em que um anfitrião faz um anúncio no site para alugar um imóvel para uma data futura específica. Em cada período, um potencial hóspede decide se aluga ou não o imóvel, com base em características observáveis e não observáveis (para o anfitrião), em um modelo de escolha discreta.
- Um anfitrião observa apenas se seu imóvel foi alugado ou não. Sempre que o imóvel não é alugado, ele recebe um sinal sobre a qualidade específica de seu anúncio e escolhe os preços com base nas últimas informações de que dispõe sobre a qualidade de seu anúncio para maximizar seu valor.
- O modelo de precificação dinâmica é simulado em três cenários: a) com aprendizado; b) sem aprendizado e c) com informação completa. O primeiro pressupõe que o anfitrião não conhece a qualidade específica de seu anúncio, mas conhece sua distribuição. No entanto, ele não aprende nada no processo de venda. O último pressupõe que o anfitrião conhece a qualidade específica de seu anúncio.

RESULTADOS

- Conclui-se que a informação é uma característica relevante nos mercados de aluguel *peer-to-peer*. Além disso, o aprendizado é importante para que os anfitriões melhorem seus lucros.
- Uma regressão linear em forma reduzida revelou que os anúncios de locação de imóveis cujos anfitriões tinham menos experiência (menos de seis meses na plataforma do Airbnb) cobravam preços mais altos. Isso é consistente com uma história de aprendizado em que os anfitriões que acabaram de ingressar na plataforma cobram preços médios mais elevados para coletar mais informações sobre seu anúncio. Com o passar do tempo, eles cobram preços médios mais baixos.
- Tanto a demanda, quanto a oferta são altamente afetadas por choques. Os anfitriões, em princípio, podem não saber como esses choques afetarão potencialmente sua demanda. Por isso, precisam aprender sobre eles para precificar otimamente seus anúncios.
- As simulações feitas mostram, como esperado, que a informação e a aprendizagem aumentam os lucros médios dos anfitriões.

O QUE HÁ DE NOVO

- Este é um dos primeiros trabalhos a explorar a aprendizagem como uma questão importante nos mercados de partilha (*peer-to-peer*).
- Para extrair as informações necessárias do site Airbnb no Brasil, o projeto utiliza uma base de dados inovadora, construída usando linguagem SQL.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

- Para trabalhos futuros, uma questão importante com a qual será preciso lidar é a estimativa de demanda.
- Adicionalmente, os modelos propostos não incorporam as especificidades dos mercados *peer-to-peer*, já que não foram modelados tipos diferentes de agentes. Portanto, em um trabalho futuro, é importante incorporar a diferença entre vendedores profissionais e não profissionais para documentar bem como a aprendizagem afeta esses mercados.

Políticas públicas de habitação social: uma avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida

Autoria: [Ciro Biderman \(ciro.biderman@fgv.br\)](mailto:ciro.biderman@fgv.br)

Pesquisadores: Claudia Acosta, Frederico Ramos, Gabriela Terentim, Julio Caldeira, Martha Hiromoto e Tainá Pacheco

Organização: Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP)

Apoio: Instituto Escolhas



Programas habitacionais voltados para a população de baixa renda costumam seguir a lógica da maior quantidade pelo menor preço, o que leva à construção de unidades habitacionais nas periferias das cidades, onde os terrenos são mais baratos. Este projeto estuda o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), avaliando o impacto dessa lógica sobre a qualidade de vida de seus beneficiários e a estrutura das metrópoles brasileiras.

OBJETIVO

- Investigar se o PMCMV contribuiu para a expansão urbana das metrópoles brasileiras e, com isso, para o agravamento dos seus problemas. Também se analisa se a qualidade de vida dos beneficiários do PMCMV melhorou depois da mudança para um conjunto financiado pelo programa.

METODOLOGIA DA PESQUISA

- Análise dos custos monetários e não monetários de morar longe das áreas centrais da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Foram avaliados o preço da terra, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), saúde, emissões, tempo de deslocamento e probabilidade de ocorrência de homicídios.
- Estudo de aspectos institucionais do programa, como fornecimento e administração do crédito, exigências quanto à localização dos empreendimentos, aprovação da obra, cadastramento e seleção de beneficiários.
- Estimativa do impacto do PMCMV na localização dentro das cidades, utilizando medidas de espalhamento (*Sprawl*) propostas pela literatura. Foram comparados (1) municípios que receberam investimentos do programa com municípios não selecionados para o programa; e (2) o número de unidades habitacionais produzidas para os municípios nas áreas metropolitanas selecionadas.
- A análise abrangeu 20 regiões metropolitanas: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Palmas, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Santos, São Luís, São Paulo, Teresina e Vitória.
- Foram calculados dois conjuntos de dados de novos desenvolvimentos para cada região metropolitana: um para a variação entre 1995 e 2005 e o outro para os novos desenvolvimentos ocorridos entre 2005 e 2015.
- Para investigar por que uma família aceita morar em um lugar pior do que aquele em que morava anteriormente, foram estudados e comparados dois exemplos extremos em termos de localização: um conjunto habitacional a 16 km do centro do município de São Paulo, em Diadema; e o outro a 80 km do município central, em Guararema. Nesses dois casos, foi recuperado o custo da terra, que é, teoricamente, uma variável chave para explicar a decisão de localização remota.
- Para verificar se há elementos na experiência internacional que podem contribuir para melhorar o PMCMV, foi feita uma análise comparativa do programa com as estratégias adotadas em programas habitacionais semelhantes no Chile, no México e na Colômbia.

RESULTADOS

- Nas regiões metropolitanas em que houve mais empreendimentos do PMCMV, em geral a localização de seus conjuntos foi pior em termos da oferta de serviços de utilidade pública em comparação com a situação antes da construção. Portanto, há indicações de que quem fez mais fez pior. Apenas em São Paulo, Porto Alegre e, em menor escala, Curitiba, os conjuntos se localizaram em áreas originalmente com melhor cobertura do que a média da metrópole.
- Na média, os conjuntos habitacionais do PMCMV não estão localizados em áreas muito afastadas. O que o programa está fazendo é reduzir o incentivo ao uso de terrenos localizados mais centralmente. Em outras palavras, as localizações mais centrais estão perdendo sua atratividade em função de uma demanda mais concentrada na periferia.
- Os municípios com mais unidades relativas do PMCMV tiveram uma taxa de ocupação do solo mais rápida do que a dos municípios com menor número de unidades em termos proporcionais, o que sugere que o PMCMV consome solo de maneira intensa e pode estar gerando um espraiamento maior das regiões metropolitanas analisadas.
- Quando se compara o que ocorria nos municípios entre 1995 e 2005 e o que passou a ocorrer entre 2005 e 2015 em termos de ocupação do solo, constata-se que programa alterou o ritmo de preenchimento das cidades: quanto maior o número de unidades relativas do PMCMV, menor o uso de espaços vazios dentro da mancha urbana.
- Na comparação com programas semelhantes de outros países, o programa mexicano parece ser consideravelmente pior do que o brasileiro e os programas massivos no Chile e na Colômbia também não são animadores. No Chile e na Colômbia há alguns programas menores um pouco mais promissores, porém, há dúvida sobre se é ou não possível escalonar tais experiências. O que se pode concluir desses casos é que não existe um modelo claro a ser seguido para uma possível reformulação do PMCMV.

O QUE HÁ DE NOVO

- Como o PMCMV não está cumprindo o que seria desejável de um programa habitacional – melhorar a qualidade da habitação para os mais pobres –, ele acaba se constituindo em um programa de distribuição de renda, o que provavelmente poderia ser feito de forma mais eficiente simplesmente distribuindo renda diretamente.
- É preciso pensar um programa que incorpore o elemento fundiário, reduzindo o volume de unidades para garantir melhor qualidade da habitação, e mitigando as externalidades negativas nas cidades.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

- O estudo constatou que uma das principais falhas dos programas habitacionais é que eles acabam optando essencialmente pela componente do investimento público, ignorando que o programa deveria ser essencialmente fundiário e urbanístico. Além disso, fica claro que a escala dos empreendimentos deve ser controlada com cuidado.
- É, portanto, possível, ainda que extremamente difícil, desenhar um programa superior desde que se traga o elemento fundiário e se controle a escala do programa tanto em termos do total de unidades como em termos do número de unidades por conjunto.
- Um grande desafio para o PMCMV é como mudá-lo para que ele aumente ao invés de diminuir as oportunidades das famílias. Para isso, além de trazer o componente fundiário para o desenho do programa, é preciso dar às famílias maior poder de decisão, aumentando o máximo possível seu grau de informação.

Fragmentação sem clivagens? Ideologia, preferências e polarização política no Brasil

Autoria: Cesar Zucco (cesar.zucco@fgv.br) e Timothy Power

Coautoria: Nathalia Passarinho e Rodrigo Lentz

Organização: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV EBAPE)

Apoio: Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FPA FGV) e Universidade de Oxford



O número de partidos no Brasil é incrivelmente grande e está em constante expansão. Este projeto, à luz da literatura sobre fragmentação partidária, avalia as possíveis explicações para esse fenômeno investigando características sistêmicas da política partidária brasileira, em especial as distâncias espaciais entre os partidos e as preferências das elites legislativas.

OBJETIVO

- **Avaliar se a exagerada proliferação de partidos no Brasil pode estar relacionada a combinações complexas de coalizões.**

METODOLOGIA DA PESQUISA

- Para testar a hipótese de que a elevada fragmentação partidária no Brasil poderia estar relacionada à representação de interesses de grupos particulares, avaliou-se se havia alguma evidência de multidimensionalidade (ou aumento de dimensionalidade) no espaço político brasileiro. Para isso, foram utilizados dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB), que vem sendo realizada com congressistas brasileiros desde 1990, e se encontra atualmente na sua oitava rodada.
- Analisaram-se, em particular, respostas dadas nas duas últimas rodadas – realizadas em 2013 e 2017 – a uma bateria de vinte perguntas, agrupadas em cinco grandes temas: “tradicionais” (que abordam o grau de intervenção do Estado na economia), “liberalismo clássico” (com perguntas sobre esforço, competição, meritocracia e empreendedorismo), “novos temas” (com perguntas sobre aborto, casamento gay e ação afirmativa baseada em raça); “temas fiscais” (preferências sobre gastos e tributação em cinco áreas de política); e “questões internacionais” (itens como o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no apoio a empresas brasileiras no exterior e opinião sobre tratados de proteção ao investimento estrangeiro).
- Como não se encontrou evidência de multidimensionalidade, procedeu-se ao exame de como a polarização (unidimensional) do sistema partidário variou no Brasil ao longo do período.
- As estimativas das posições ideológicas dos partidos foram obtidas pelo reescalamento das respostas dadas pelos legisladores para questões de pesquisa que exigem que eles se localizem e a todos os principais partidos do sistema político em uma escala ideológica que varia de 1 (esquerda) a 10 (direita). Embora essas questões careçam da profundidade substantiva da análise anterior, elas fizeram parte de todas as oito ondas da PLB, realizadas em cada legislatura desde a redemocratização. Considerou-se a polarização medida apenas entre os 11 partidos para os quais há estimativas ideológicas em todas as oito rodadas da PLB (ou seja, os “mais antigos”).
- Em seguida, avaliou-se se existe alguma associação, positiva ou negativa, entre polarização e fragmentação.
- Por fim, investigou-se: 1) se a fragmentação afetou o centro versus os extremos do espaço de questões de diferentes maneiras; e 2) se ela foi impulsionada por novos ingressantes.
- O exame dessas questões empíricas permitiu discriminar entre vários possíveis impulsores da hiperfragmentação do Brasil.

RESULTADOS

- A política brasileira é unidimensional e, quando muito, mais unidimensional do que antes. Ao longo do tempo, a polarização aumentou e diminuiu, mas a fragmentação aumentou quase continuamente.
- Há evidências de que a polarização, pelo menos no que diz respeito às preferências econômicas, atingiu um ponto baixo em 2013. Nesse sentido, o modelo de reescalonamento utilizado no estudo mostrou uma parcela cada vez menor de variação das respostas dos legisladores durante o período coberto pelas primeiras sete rodadas da PLB, antes de aumentar no último período (2013-2017). A polarização esquerda-direita diminuiu durante grande parte do período em análise, mas ressurgiu na última legislatura (2014-2018). Simplificando, a ideologia está de volta.
- Considerando a polarização medida entre os 11 partidos para os quais há estimativas ideológicas em todas as oito rodadas de edições da PLB (ou seja, os “mais antigos”), conclui-se que a entrada de novos partidos não compensou a redução da polarização observada no período, nem contribuiu para seu aumento nas duas últimas legislaturas – ou seja, de modo geral, o sistema partidário ficou menos polarizado.
- Se um processo baseado em preferências estivesse por trás do aumento da fragmentação, a maioria dos novos ingressantes deveria ter aparecido nos extremos ideológicos. Mas os dados mostram que isso não ocorreu.
- Parece improvável, nesse cenário, que a proliferação de partidos brasileiros seja impulsionada por questões políticas.

O QUE HÁ DE NOVO

- De forma um tanto surpreendente, dado o número extremamente grande de partidos legislativos no Brasil, a análise de cluster revelou que, para classificar os 286 entrevistados do conjunto de dados do estudo de acordo com os grupos temáticos considerados, o número ideal de clusters é *dois*.
- Os dois partidos resultantes seriam bastante consistentes em termos de suas preferências: assegurariam muita separação nos três primeiros conjuntos de questões – “tradicionais”, “liberalismo clássico” e “novos temas” – e um pouco menos em assuntos fiscais e questões internacionais.
- Ainda que a análise de cluster realizada seja um exercício um pouco arbitrário, fica claro que o espaço de questões políticas não exige o grande número de partidos que existem atualmente. Ou, de forma mais precisa, que a proliferação de partidos existente não parece preencher nenhum nicho de questões específicas. Quase todos os partidos brasileiros são, portanto, essencialmente, partidos *catch-all*.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

- Não há nenhum projeto em qualquer país em desenvolvimento que cubra um período de tempo tão grande quanto o coberto pela PLB. As estimativas numéricas acerca do posicionamento relativo dos partidos ao longo do tempo são extremamente úteis para estudantes de política, economia e de políticas públicas buscando entender o processo decisório brasileiro.
- A análise dos dados coletados servirá de base para a produção de pelo menos dois artigos acadêmicos. Os dados serão disponibilizados ao público de forma consolidada com os dados das sete edições anteriores (disponíveis em <<https://dataverse.harvard.edu/dataverse/bls>>), servindo de subsídio para inúmeros trabalhos nacionais e internacionais nas áreas de política, economia, políticas públicas e áreas afins.

